

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FERNANDA SILVEIRA CATENACCI

DINÂMICA DE EXPLORAÇÃO E APROPRIAÇÃO DA CATAIA – *Pimenta pseudocayophyllus* (Gomes) Ladrum (MYRTACEAE) – NA BARRA DO ARARAPIRA (ILHA DO SUPERAGUI, GUARAQUEÇABA, PARANÁ): UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

CURITIBA

2010

FERNANDA SILVEIRA CATENACCI

DINÂMICA DE EXPLORAÇÃO E APROPRIAÇÃO DA CATAIA – *Pimenta pseudocayophyllus* (Gomes) Ladrum (MYRTACEAE) – NA BARRA DO ARARAPIRA (ILHA DO SUPERAGUI, GUARAQUEÇABA, PARANÁ): UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciências Biológicas, Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Biológicas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristina Frutuoso Teixeira

CURITIBA

2010

“Mire, veja: o mais importante e bonito do mundo, é isso: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam.”

João Guimarães Rosa
Grande Sertão: Veredas

AGRADECIMENTOS

No trajeto deste trabalho muitas pessoas contribuíram para que esta jornada pudesse se concretizar e tornar-se mais prazerosa. Agradeço primeiramente aos meus pais, pelo carinho e oportunidade de dedicar-me com exclusividade ao fazer acadêmico.

A todos meus familiares, e em especial minha querida vó Cida, que com seu exemplo de vida sempre me recorda com amor da necessidade de uma virtude tão urgente: a paciência. Também não posso deixar de agradecer pelos deliciosos cafés e quitutes diários que com tanto carinho ela prepara.

Ao Maninho, por ser um irmão incrível e por sua companhia descontraída e pra lá de engraçada em todas as viagens, inclusive a que concretizou esta pesquisa.

Ao meu adorável namorado Juliano pelo companheirismo, pela amizade e pela inevitável alegria do simples estar junto. Por sua paciência nas revisões deste trabalho: Obrigada Juzãooo! Agradeço também a sua queridíssima família pelo carinho!

Agradeço muito aos queridos amigos da Biologia que fizeram da caminhada acadêmica um grande “divertimento” que certamente deixará saudade! Alguns inclusive já sabem de meu expresso desejo em transformá-los em vizinhos! Quem sabe um dia eu convença algum...!

Aos meus “velhos” amigos do CMC (Luana, Débora e Ciro) por terem fantasiado minha vida desde cedo! Pelos perrengues, pelas bizarrices, pelas guloseimas e risadas compartilhadas. A companhia de vocês é, assim como os momentos que me proporcionam, “lendária”!

Às professoras Andréia Marin e Maria Rita César por terem me apresentado visões valiosas na Biologia.

À professora Cristina pela orientação.

A todas as pessoas que proporcionaram a existência deste trabalho por meio de suas narrativas. Em especial, aos hospitaleiríssimos “barreanos” que me receberam com muito carinho e cordialidade mesmo sem me conhecerem, e por cederem seu tempo e compartilharem suas histórias.

A todos meu “muito obrigada”!

RESUMO

A cataia, também vulgarmente conhecida como “uísque caiçara”, é uma bebida alcoólica que tem se tornado popular nas porções continentais e insulares da Baía de Guaraqueçaba (estado do Paraná) e do litoral sul paulista. A bebida é preparada com folhas da planta denominada cataia (espécie *Pimenta pseudocaryophyllus* (Gomes) Landrum – Myrtaceae) e a origem tanto das folhas como da criação da bebida é atribuída à vila de Barra do Ararapira, situada na Ilha de Superagui – pertencente ao município de Guaraqueçaba. O turismo na região impulsionou a demanda desta bebida, ocasionando uma mudança na escala de consumo, que passou de doméstica à comercial. Desta maneira, a exploração da cataia acabou por incorporar-se à renda dos extratores e revendedores destas regiões litorâneas. Por outro lado, o fato do lócus de exploração estar inserido no território do Parque Nacional do Superagui torna a extração das folhas uma atividade ilegal. Assim a atividade turística e as leis ambientais impostas pela existência do Parque são fatores que, juntamente com a conformação social própria da comunidade, agem sobre a dinâmica de apropriação e exploração da cataia na Barra do Ararapira. Foi no sentido de perceber a atuação destes fatores que esta pesquisa buscou identificar como se deu historicamente o uso e o manejo da planta nesta localidade, com o intuito de auxiliar futuramente na melhoria da gestão deste recurso natural.

Palavras-chave: Cataia. Recursos naturais de uso comum. Manejo. Unidades de Conservação. Gestão ambiental.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 A natureza em foco.....	8
1.1 <i>Objetivo Geral.....</i>	11
1.2 <i>Objetivos específicos.....</i>	11
CAPÍTULO 1- GESTÃO AMBIENTAL: A “NECESSIDADE” EMERGENTE DO MUNDO CONTEMPORÂNEO.....	13
1 As unidades de conservação x espaços e recursos naturais de uso comum.....	13
1.1 <i>Categorias de utilização de espaços e recursos naturais de uso comum ..</i>	13
1.2 <i>Manejo de bens comuns, economia e Unidades de Conservação: o ponto de convergência ..</i>	15
1.3 <i>Nas contracorrentes da “antitragédia”: o ponto de divergência.....</i>	21
1.4 <i>Os diferentes valores admitidos aos recursos naturais e sua relação com a resiliência dos sistemas socioecológicos ..</i>	27
2 O recurso natural em questão: cataia ou a “folha que queima”.....	30
2.1 <i>Sistemática, ecologia e distribuição.....</i>	30
2.2 <i>As potencialidades de uso na indústria fármaco-química.....</i>	33
2.3 <i>Um trago que é um santo remédio ..</i>	34
2.4 <i>Usos da madeira ..</i>	35
CAPÍTULO 2 – O UNIVERSO DA PESQUISA.....	36
1 A cataia no litoral norte paranaense/sul paulista: o uísque caiçara.....	36
2 Área de estudo.....	41
2.1 <i>Barra do Ararapira: um território em permanente construção ..</i>	41
2.2 <i>Dentro da “Barra”.....</i>	45
CAPÍTULO 3 – A RESSIGNIFICAÇÃO DE UM RECURSO NATURAL AO LONGO DO TEMPO: A CATAIA DA BARRA DO ARARAPIRA – do doméstico ao comercial.....	48
1 Caracterização do processo histórico de uso e exploração da cataia....	48
1.1 <i>Uso histórico: “no tempo de primeiro”.....</i>	48
1.2 <i>Uso atual: “depois de Rubens” ..</i>	50
1.3 <i>Dinâmica de uso e apropriação da cataia – de 85 aos dias atuais.....</i>	54
1.4 <i>A Associação de Mulheres da Barra do Ararapira.....</i>	62
1.4.1 <i>Mulheres dentro do mato: as diferentes relações geradas no corte da cataia.....</i>	65

<i>1.5 Conhecimento da biologia da cataia e a sustentabilidade da exploração: a perspectiva local.....</i>	<i>70</i>
CONCLUSÃO: Fatores que influenciaram/influenciam na resiliência do sistema.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS.....	80
ANEXO.....	89

INTRODUÇÃO

1 A natureza em foco

Os remanescentes florestais, em grande parte localizados nos trópicos, adquiriram grande importância nos discursos sócio-políticos da modernidade. A percepção de que os recursos naturais – promotores do crescimento e modernização da humanidade – não estavam igualmente distribuídos no globo nem sequer eram dotados da infinitude que lhes era atribuída fez e faz da “causa ambiental” pauta de importância primária nos debates contemporâneos globais. Foi neste contexto que a constatação dos elevados níveis de degradação dos ambientes ditos “naturais” e da crescente velocidade com que se propaga tal deterioração desde a metade do século XX apareceu como motivador de “planejamentos estratégicos para a biodiversidade”.

Tais debates se deram, inicialmente, pela ótica aparentemente antagônica de duas visões: por um lado uma visão “desenvolvimentista” em que os recursos naturais eram vistos como riquezas a serem exploradas/geridas em nome do desenvolvimento econômico, e por outro, uma visão “conservacionista” que transformava a natureza em patrimônio, sendo necessário preservá-la da destruição humana em santuários naturais. No entanto, a pedagogia que ancora ambas as concepções é a percepção urbano-industrial da natureza como um “deserto verde”; “*O mito moderno da natureza intocada*” (DIEGUES, 1998).

Esta concepção de *vazio selvagem* baseou os modos de proteção da natureza existentes (sistematizando padrões de Unidades de Conservação mais ou menos restritivas) e ainda hoje é o paradigma de diversos fazeres científicos. Mesmo admitindo a existência de pessoas, aceitam-nas apenas como “residentes” das florestas, que, muitas vezes, devem ser realocadas em nome da preservação de um bem comum global. Porém excluem-se dessas análises os contextos simbólicos, afetivos, culturais, sociais, econômicos e adaptativos inerentes a estes sistemas socioecológicos. Este reducionismo acaba por gerar conflitos sociais históricos nos locais onde as áreas protegidas são estabelecidas. É deste “ponto de conflito” que o discurso técnico-científico (majoritariamente de corte biologizante), através da premissa da objetividade, impera como a promessa do desenvolvimento [sustentável]; do encontro do “ponto de equilíbrio”.

Os movimentos de resistência destes povos e a compreensão das relações de poder enrustidas neste modo unilateral de solucionar a “crise ambiental” acabaram por dar visibilidade à ineficiência de tal reducionismo. As populações humanas presentes nestes ambientes, muitas vezes seculares, bem como os fatores externos a esse microsistema formam redes interdependentes e complementares, que se rearranjam continuamente. O ambiente passa a ser entendido como um sistema socioecológico, não-linear, mutante. Os atores locais passam a ser reconhecidos como imprescindíveis para o entendimento tanto da dinâmica da complexidade destes sistemas quanto dos modos de intervenção na gestão dos recursos em questão.

A partir deste novo enfoque, surge um conceito/categoria norteador das novas maneiras de se pensar a gestão ambiental: a *resiliência*, uma característica intrínseca aos sistemas socioecológicos que diz respeito à sua capacidade de absorver distúrbios e reorganizar-se. Entretanto, a manutenção da heterogeneidade ecossistêmica (entendida como a diversidade de seus componentes e das relações entre eles) é condição indispensável para que sejam possíveis mudanças adaptativas¹. Deste modo, “(...) o meio ambiente deve ser gerido não em função da quantidade de recursos que ele é capaz de produzir, mas da necessidade de – preventivamente – manter em ‘boa saúde’ os processos ecossistêmicos (...)” (VIEIRA; BERKES; SEIXAS, 2005, p. 16), visando à manutenção da diversidade, e, por conseguinte, de sua flexibilidade.

Sendo assim, a idéia salvacionista centrada na condição de equilíbrio perde sentido, visto que a permanente transformação destes sistemas admite, pois, vários *estados de equilíbrio* (equilíbrio dinâmico). Por este motivo a gestão dos recursos deve ser flexível e adaptada a contextos e situações específicas, envolvendo a participação popular local/regional em mecanismos de co-gestão² (GADGIL *et al.*, 2005).

¹ Apesar de ser um conceito advindo da ecologia clássica (disciplina da Biologia), este foi apropriado por ramos associados às ciências humanas e sociais à luz de um enfoque ecossistêmico ecológico-humano, que, conseqüentemente, redirecionou a “discussão ambiental” a uma perspectiva inter e transdisciplinar.

² A co-gestão de recursos naturais envolve a participação de diferentes atores sociais: comunidade, agências governamentais, instituições educacionais, organizações não-governamentais, etc.

Portanto, para fins de gestão, faz-se necessário entender como fatores externos e internos agem no uso e apropriação dos recursos naturais de uma dada localidade.

Foi no sentido de perceber a atuação destes fatores que este trabalho buscou identificar, por meio de um estudo de caso, como se deu historicamente o uso e o manejo de um recurso natural (a planta denominada cataia – *Pimenta pseudocaryophyllus*) que passou da escala de consumo doméstica para comercial, em uma comunidade localizada no Parque Nacional de Superagui, município de Guaraqueçaba – litoral norte do Paraná.

* * *

“Experimenta isso! É uma bebida típica lá de Superagui! Cataia!”. Foi desta maneira que há alguns anos fui apresentada ao que mais tarde viria a se configurar a peça-chave do meu trabalho de monografia. Esta *“tal bebida”* - presente principalmente nas ilhas é feita a partir das folhas da planta *Pimenta pseudocaryophyllus*, vulgarmente denominada cataia.

Das diversas vilas da Baía de Guaraqueçaba que tive a oportunidade de conhecer pude perceber, em várias delas, o comércio da cataia. Porém algo que apareceu inicialmente como uma suposição advinda das minhas observações veio depois a se configurar uma constatação: onde havia turista, havia cataia. A criação do Parque Nacional do Superagui havia impulsionado a fronteira turística de nosso litoral através da popularização do chamado “ecoturismo”. Agregou também como atrativo os valores culturais das populações que no Parque viviam, ressaltando aquilo que poderia ser visto pelos turistas como “típico”, “folclórico”. Desta maneira a bebida acabou por se inserir na lógica do mercado: entrou no rol dos “produtos” que estimulam a atividade turística da região (movimentando interesses externos) e incorporou-se a renda dos habitantes (movimentando interesses internos).

Ademais, todas as vilas onde havia venda da bebida apontavam como origem única das folhas a comunidade de Barra do Ararapira (extremo norte da ilha de Superagui, e incluída nos limites territoriais do PARNA Superagui), o que me alertou para uma possível pressão extrativista da planta.

O problema de um recurso natural entrar na lógica do mercado (que utiliza violência, velocidade e produtos para extrair capital) é que muitas vezes não há

tempo para o estabelecimento do *equilíbrio dinâmico*, em que “*feedbacks* de práticas de manejo inadequadas são reconhecidas localmente, e novos controles são declarados para modificar tais usos, de tal forma que o ecossistema possa se recuperar” (ALCORN, 2005, p. 244-245).

A convergência destes fatores internos e externos (extrativismo localizado dentro dos limites de uma Unidade de Conservação altamente restritiva como um Parque Nacional; aumento da demanda do recurso explorado alavancado pelo turismo e importância econômica para a região³) foi, então, o que me motivou a pesquisar qual a influência que exerceriam na exploração/manejo da cataia pelos moradores de Barra do Ararapira. Desta maneira, pretendo – mesmo que humildemente, contribuir para a melhoria da gestão deste recurso.

1.1 *Objetivo geral*

Avaliar a evolução histórica dos processos de uso, manejo e comercialização da cataia (*Pimenta pseudocaryophyllus*) na comunidade da Barra do Ararapira.

1.2 *Objetivos específicos*

- a) Investigar como as instituições locais e externas influenciaram para a configuração da atual dinâmica de uso e apropriação da cataia.
- b) Diagnosticar o conhecimento da comunidade quanto á biologia da cataia, assim como a percepção da comunidade a respeito da sustentabilidade da extração de folhas desta espécie.

³ Entendo que a comercialização da cataia nesta região possui uma importância econômica direta e indireta. Importância direta pela venda da própria bebida/folha e indireta pela posição que adquire como artefato incluído no conjunto de “símbolos culturais” tido como atrativos estimuladores do turismo.

- c) Identificar as redes de comércio e os modos de produção e comercialização da cataia (tanto em folha quanto em bebida), a fim de documentar um histórico de seus usos.
- d) Investigar a importância cultural e econômica da exploração, uso e produção da cataia.
- e) Realizar uma revisão de literatura da espécie *Pimenta pseudocaryophyllus*.

CAPÍTULO 1 – GESTÃO AMBIENTAL: A “NECESSIDADE” EMERGENTE DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

1 As unidades de conservação x espaços e recursos naturais de uso comum

A “crise ambiental”, de grande destaque nas atuais discussões da agenda internacional, torna-se mais evidente a partir de 1960, quando a irracionalidade ecológica dos padrões de produção e consumo começa a ameaçar o crescimento econômico (LEFF, 2006). Sendo assim, os espaços e recursos naturais de uso comum (águas superficiais e subterrâneas, florestas, atmosfera, vida selvagem, peixes, sistemas de irrigação, parques) passam a ser alvo de disputas tanto na esfera econômica como na social, ambiental e cultural. As Unidades de Conservação adquirem na contemporaneidade o caráter de promissores artefatos “conciliadores” do desenvolvimento econômico e social com a preservação dos recursos naturais. Porém, a criação destes meios de conservação da natureza acaba por estabelecer uma nova dinâmica de apropriação dos espaços e recursos de uso comum e, por vezes, conflitos.

Assim, este capítulo pretende discutir sobre o manejo destes bens de uso comum e sua relação com os meios de se pensar a preservação da natureza através de Unidades de Conservação.

1.1 Categorias de utilização de espaços e recursos naturais de uso comum

Os estudos que tratam dos espaços e recursos naturais de uso comum visam, sobretudo, entender como tais recursos são manejados. Vale ressaltar a diferença entre “recursos de uso comum” e “regime de propriedade comum”. A terminologia “recursos de uso comum” diz respeito às qualidades físicas e biológicas de recursos que compartilham duas características básicas: (i) são dimensionalmente grandes e possuem uma natureza física que dificulta a exclusão e o controle do acesso dos

usuários, e (ii) cada usuário possui a capacidade de subtrair⁴ aquilo que pertence a todos os outros usuários (FENNY et al., 20001; BERKES, 1989).

Já a expressão “regime de propriedade comum” refere-se a uma das categorias de arranjos institucionais e de direito sob os quais recursos de uso comum são manejados (equivale a propriedade comunal). Tais arranjos podem ser caracterizados e divididos em quatro principais categorias: livre acesso, propriedade privada, propriedade comunal e propriedade estatal (QUADRO 1). As definições tomaram como base o trabalho de FENNY *et al.*, 2001.

CATEGORIA DO REGIME	DIREITOS DE PROPRIEDADE	REGULAÇÃO DO USO	EXEMPLOS
Livre acesso	Ausência de direitos de propriedade bem definidos; acesso aberto a qualquer pessoa	Não há regulação do uso	Pesca oceânica antes do século XX; atmosfera
Propriedade privada	Delegados a indivíduos ou empresas, sendo tais direitos reconhecidos pelo Estado	Em geral, a privatização prevê incentivos para a regulamentação do uso, pois custos e benefícios são creditados ao mesmo dono	Áreas florestais, pastagens, extração de petróleo
Propriedade comunal	Comunidade identificável de usuários interdependentes; acesso e uso dos recursos são igualitários entre os usuários	Regras são elaboradas e adaptadas entre os membros da comunidade	Cooperativas de pesca; florestas japonesas; pastagens medievais
Propriedade estatal	Direitos exclusivos do Estado; todos indivíduos da nação têm acesso e direitos iguais	Estado possui poderes coercitivos de imposição das normas por ele criadas; manejo dos recursos pode ser permitido através de custódia pública	Florestas e pastagens mantidas por governos; parques públicos; rodovias; pesca

QUADRO 1- CATEGORIAS DE REGIMES DE PROPRIEDADE SOB OS QUAIS RECURSOS DE USO COMUM SÃO MANEJADOS

FONTE: A autora (2010)

Estas quatro categorias são classes analíticas “puras” e deve-se entender que, muitas vezes, apresentam-se na realidade como categorias co-existent ou sobrepostas. Sendo assim, não são mutuamente excludentes, pois contextos sócio-políticos, econômicos e naturais podem fazer com que atributos desejáveis de uma categoria sejam compartilhados por outra (SEIXAS; BERKES, 2005). Um exemplo disto está presente em estudos, como de Berkes *et al.* (1989), que identificaram mudanças de regime de propriedade em consonância com a abundância do recurso

⁴ Subtração pode ser entendida como a rivalidade ou divergência de racionalidades individuais e coletivas em que a exploração de determinado recurso por um usuário afeta, inevitavelmente, a prosperidade/esforço de exploração dos outros de forma negativa.

em um grupo de caçadores de James Bay (Canadá). Neste caso, à medida que a escassez dos recursos se instaurava (por maior exploração advinda de demandas comerciais, trazendo exploradores alheios à comunidade local), intensificava-se a regulação do território, passando de uma apropriação de livre acesso à uma apropriação familiar.

Berkes (2005a) analisou, através de estudos empíricos, as evidências de exclusão e de subtração nos diferentes regimes de apropriação e concluiu que em todos há problemas quanto ao cumprimento das legislações de acesso e regulação dos usos. O autor ainda aponta a ineficiência de cada regime de propriedade tomado isoladamente em garantir a sustentabilidade do uso dos recursos comuns, ressaltando a maior eficácia de gestões mistas e dinâmicas.

Entretanto, a apropriação e utilização dos recursos e espaços de uso comum são reflexos dos interesses de distintos grupos sociais que reivindicam a exploração destes bens. Deste modo, como maneira de evitar a sobrexploração e acirrar ainda mais a “crise ambiental”, debates - inicialmente de cunho acadêmico - transbordam para a esfera política, influenciando as normas públicas de gerenciamento ambiental.

1.2 *Manejo de bens comuns, economia e Unidades de Conservação: o ponto de convergência*

A publicação de um polêmico artigo sobre o manejo de recursos de uso comum em uma das revistas científicas de maior destaque global – a *Science* – fez com que o debate sobre este tema se intensificasse. O artigo *The tragedy of commons* do biólogo americano Garret Hardin (1968) articula – na forma de uma parábola – como a busca de ganhos pessoais fatalmente leva à superexploração dos recursos comuns. Hardin convida o leitor a participar de seu raciocínio hipotético para explicar a “tragédia inerente aos comuns”:

Imagine uma pastagem aberta a todos. É esperado que cada pastor procure manter o maior rebanho possível no espaço comum. Como um ser racional, cada pastor busca maximizar seu ganho. [...] o pastor racional conclui que o único caminho sensato a seguir é o de adicionar outro animal ao seu

rebanho. E outro, e outro... Mas esta é a conclusão de cada um dos pastores que compartilham a pastagem em comum. Essa é a tragédia. Cada indivíduo está preso em um sistema que o compele a aumentar seu rebanho de maneira ilimitada, em um mundo que é limitado. A ruína é o destino a qual todos se dirigem, cada um perseguindo seus próprios interesses em uma sociedade que acredita na liberdade dos bens comuns. A liberdade no uso de recursos comuns conduz a ruína de todos. (HARDIN, 1968, p. 1244, tradução nossa).

O uso de uma situação hipotética para explicar o real processo de degradação ambiental tem efeito persuasivo poderoso, que leva à suposição de um egoísmo inato do ser humano e, portanto, necessitaria de intervenções externas para coibir tal “animosidade”. O artigo de Hardin tornou-se, pois, um importante marco nos estudos sobre recursos comuns, adquirindo *status* de lei científica para muitos (BERKES, 2005a; OSTROM, 2002). O autor prevê como solução à gestão dos recursos naturais comuns a estatização ou privatização.

A solução de uma administração do ambiente baseada na privatização também é entendida por economistas como a saída para a “crise ambiental”, já que assim os recursos podem ser melhor controlados e valorados em um período nos quais “[...] os limites da prosperidade passam a ser determinados pelo capital natural, não pela capacidade industrial.” (HAWKEN; LOVINS, A.; LOVINS, L. H., 2007, p. 2). No entanto, analisando criticamente a concepção da chamada “economia ambiental” percebe-se que ela está mais intimamente ligada à expansão da ideologia neoliberal do que à lógica de funcionamento dos ciclos naturais (GUIMARÃES⁵, 1997 *apud* RODRIGUES, 2009). Preocupa-se, sobretudo, em gerir de maneira economicamente sustentável os *commodities* comuns comercializáveis, no entanto, sob este pensamento não há, necessariamente, a garantia de sustentabilidade do bom andamento dos processos ecossistêmicos.

Esta visão utilitária e econômica acaba influenciando a concepção de natureza contida no direito ambiental, que transforma os elementos naturais em objetos passíveis de posse - resultado da mercantilização exacerbada do ambiente. E assim, as conclusões hipotéticas de Hardin (1968) servem de justificativa científica para que a regulação mercadológica atinja, de maneira catedrática, os recursos e espaços comuns:

⁵ GUIMARÃES, R. P. Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M. (orgs) **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p.13-44.

Na perspectiva neoliberal, desaparecem as causas econômicas dos problemas ecológicos. A crise ambiental não é mais um efeito de acumulação de capital, mas resultado do fato de não haver outorgado direitos de propriedade (privada) e atribuído valores (de mercado) aos bens comuns. (LEFF, 2006, p. 142).

A noção de inevitável vulnerabilidade dos recursos comuns à superexploração popularizou-se e incorporou-se ao discurso preservacionista dos anos 60 e 70 (que tinha, inclusive, como um de seus membros o próprio Hardin). As narrativas deste movimento seriam o alicerce filosófico-científico dos estudos em planejamento ambiental e conservação da natureza (GUHA, 1997).

Este movimento preservacionista dos anos 60 e 70 apresenta uma perspectiva de gestão dos ecossistemas que se construiu a partir do neomito da *natureza intocada*. A angústia de que o “*horror dos comuns*” (Hardin, 1968) acabasse por degradar toda a biosfera fundamentou a necessidade de se conservar partes do mundo natural em seu estado original, onde tal intervenção desastrosa ainda não havia se dado. Dessa maneira, assegurava-se locais de natureza intocada, de vida selvagem (*wilderness*), onde o ser humano pudesse revitalizar suas energias espirituais através da contemplação. Este pensamento está pautado em uma relação dicotômica Homem X Natureza, por isso institui para a real e eficiente conservação da natureza ambientes em que o homem não esteja presente (ARRUDA, 2009; DIEGUES, 1998) além de restauração de áreas degradadas à condições prístinas, originais (GUHA, 1989).

A intensificação do valor pictórico da natureza torna-se, neste movimento, a principal justificativa para o surgimento de meios para conservá-la. Esta valorização segundo Diegues (2000) é uma construção social relativamente recente de poetas, pintores e filósofos influenciados pelo romantismo e que, por fim, se entrelaça aos valores e fazeres de cientistas.

Ciência, moral e filosofia misturam-se a fim de que se chegue a um estado de consciência ecológica, motivo pelo qual esta ideologia ficou conhecida por “Ecologia profunda”. Tal concepção pode ser entendida como uma mudança ideológica consequente dos efeitos do capitalismo (rápida urbanização, industrialização e transformação da natureza em mercadoria), sendo, portanto, a “natureza selvagem”

percebida como o antídoto para o veneno da sociedade industrial (SCHAMA⁶, 1996 *apud* RODRIGUES, 2009).

Estes pretendidos “santuários ecológicos e espirituais” serviram de inspiração para a criação de Parques Nacionais, e posteriormente, de sistemas governamentais de Unidades de Conservação (UCs). Somente se permitiria o culto ao belo (por meio da visitação – fato este que acarretaria na promoção do turismo nestas unidades) e atividades de pesquisa científica. Seriam estes locais o palco onde a ciência poderia entender a natureza, descobrir espécies, estudar os processos ecológicos sem a interferência humana, ou seja, em sua ordem “natural”, original.

A Biologia da Conservação, ícone do movimento científico que apoiaria a criação destas áreas, surge em meados dos anos 70 com o intuito de aliar saberes bioecológicos à gestão ambiental. Análises como: tamanho mínimo dos limites territoriais de UCs; tamanho mínimo das populações; índices do risco de extinção; entre outros, são estudos que legitimaram e estabeleceram um *modus* acerca da forma/função das áreas de proteção (necessariamente) **integral**, ou seja, locais em que a ausência do homem é premissa essencial (MACEDO, 2007).

Sendo assim, se as primeiras UCs tiveram como referencial aspectos essencialmente estéticos, posteriormente o discurso técnico-científico (com participação majoritária das ciências naturais, que opera sob preceitos de objetividade) é entendido como o saber necessário para assegurar a eficiência das UCs na preservação da biodiversidade. Porém todas as vertentes iniciais que discorrem sobre a conservação da natureza em territórios cuidadosamente delimitados convergem em um ponto de vista: a necessidade de isolamento destes locais à interferência humana, para desta forma limitar a expansão da “tragédia dos comuns”.

Estas ideologias iniciaram-se nos Estados Unidos e ecoaram por vários países, inclusive nos subdesenvolvidos – onde se confrontaram com uma “natureza habitada” em que modos de apropriação de espaços e recursos seriam incompatíveis com a forma de conservação pretendida (Diegues, 2000). Como já discutido, o cerne destas idéias conservacionistas era a impossibilidade de haver real conservação com a presença do homem, por isso, devia-se reassentar

⁶ SCHAMA, S. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

populações que por “acaso” estivessem presentes nos locais requeridos para criação de um Parque Nacional.

A esta filosofia – e suas derivações práticas no que tange a gestão ambiental – o ecólogo indiano Ramachandra Guha (1997) denomina *Imperialismo conservacionista*. Imperialismo por admitir uma forma “ideal” de conservação da natureza que deve ser adotada globalmente e também por generalizar os comportamentos humanos às relações destrutivas. Segundo o autor, a proclamação deste movimento ambientalista concorda com a sociedade de consumo, pois não questiona seriamente suas bases ecológicas e sócio-políticas sendo de pouca valia para o entendimento da degradação ambiental.

O foco na conservação **da natureza** também se alinhou ao conceito de “desenvolvimento sustentável” recentemente incorporado aos pressupostos capitalistas, com a promessa de aliar desenvolvimento econômico com a “preservação da natureza” (leia-se **manutenção** dos estoques de recursos naturais). Percebe-se que a apropriação deste termo se dá com o objetivo de otimizar as potencialidades de cada ambiente em fornecer “produtos naturais”:

Trata-se de reverter mundialmente a destruição do planeta mediante reinvestimentos na sustentação, na restauração e na expansão dos estoques de capital natural, de modo que a biosfera possa produzir serviços mais abundantes de ecossistema e mais recursos naturais. (HAWKEN; LOVINS, A.; LOVINS, L. H., 2007, p. 10).

O enfrentamento que o modelo convencional de conservação teve à sua implementação em regiões habitadas fez com que ao longo do tempo a concepção de “desenvolvimento sustentável” também fosse incorporada como maneira de promover o desenvolvimento socioeconômico e preservação ambiental para as localidades inseridas em UCs. A adoção desta concepção ao modo de gerenciamento ambiental foi vista como uma maneira de conciliar os conflitos entre as instituições promotoras da conservação e as populações, que tiveram suas atividades e direitos de propriedade rigidamente restringidos pela legislação pós-implantação da UC. A apropriação dos recursos pelos nativos destas áreas era vista como incompatível com a preservação da natureza, sendo assim, o *controle do manejo* realizado pelas populações sob o enfoque de melhorar suas condições sociais – desenvolver sustentavelmente – tornou-se opção para atenuar conflitos.

Tais conflitos serviram para uma reordenação dos pressupostos conservacionistas. A União Internacional pela Conservação da Natureza (UICN), referência internacional das diretrizes de áreas protegidas, na década de 1980 já admitia a possibilidade de ocupação humana em UCs mediante medidas sustentáveis do uso dos recursos (DIEGUES, 2000). No Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) englobou estas idéias criando categorias de UCs de uso sustentável como as Áreas de Proteção Ambiental (APA), as Florestas Nacionais (FLONAs) e as Reservas Extrativistas (RESEX).

No entanto, os tipos e localidade destas UCs, assim como a escolha de recursos a serem manejados e o modo correto de explorá-los, são ainda atitudes centralizadas, tomadas nos níveis institucionais superiores. Nas UCs onde se permite ocupação humana há uma preocupação em “orientar” as atividades e uso dos recursos através de soluções técnicas, de forma que, muitas vezes, as condições sociais existentes ou almejadas pela comunidade em questão são negligenciadas (TEIXEIRA, 2005).

Desta maneira, a criação de uma UC envolve uma mudança tanto no modo de apropriação do espaço e recursos como no tipo de conhecimento privilegiado para fins de gestão. O conhecimento local é resultado da observação e da relação das pessoas com o lugar em que vivem. Quando este território passa para controle estatal (caso das UCs) as agências responsabilizadas pelas ações de gestão usam práticas cientificamente aceitas – baseadas principalmente em conhecimentos ecológicos quantitativos e modelos populacionais confeccionados sob rigidez estatística. Estas diferenças entre os sistemas de conhecimento usados para gerir determinado recurso são, inclusive, um dos principais geradores de conflitos causados pelas instituições governamentais sobre as instituições locais (BERKES, 2005b).

Por conseguinte, muito da filosofia que continua a embasar as leis ambientais – por meio de modos de exploração e ocupação eleitos “de cima para baixo” – acaba por criar espaços “virtuais”⁷. Isto porque a natureza que pretendem proteger/preservar não é a-histórica. Tampouco pode ser entendida como o “pano

⁷ O termo “virtual” foi usado com o intuito de ressaltar esta diferença entre a “UC no papel” e “UC real”, marcado geralmente pela falta de efetividade da proposta da área protegida. Esta ineficiência de gestão das UCs – advindo de um sem número de ausências como: plano de manejo, regularização fundiária, recursos humanos, fiscalização e demarcação – fazem com estas tornem-se “ficções jurídicas”, “*pseudoparques*” (CESAR *et al.*, 2003).

de fundo” das relações sociais, mas engendra e é engendrada por estas relações, ou seja, é construto social e ao mesmo tempo reorganiza os modos de apropriação de “espaços e recursos”⁸.

E é esta desconexão entre o fabricado e o vivido que, em grande parte, acaba por gerar os recorrentes conflitos na gestão de UCs. Analisando de maneira sintética, poder-se-ia entender estes conflitos como divergências de racionalidades centralizadas no *território* que, de um lado, criam o discurso oficial - “Comunidades dentro de Unidades de Conservação” - e a percepção nativa de “Uma Unidade de Conservação dentro da comunidade”.

Sendo assim, no processo de demarcação das Unidades de Conservação ignoram-se tanto os regimes de uso coletivo da terra e dos outros recursos naturais como as relações emotivas e as memórias que as populações têm para com o lugar que ocupam (LITLLE, 2002). Bazzo (2009) reflete sobre este *ambientalismo territorializante* onde são “Latitudes e longitudes que constroem espaços como parques nacionais. Milhas que definem áreas de pesca. São normas abstratas que buscam tornar estável e fixo o mundo real cuja marca é a contingência” (*Ibidem*, 2009; p. 15) e aponta as “vozes dos moradores” como um dispositivo que através do mundo sensível colocam em xeque estes espaços estatais fabricados.

1.3 Nas contracorrentes da “antitragédia”: o ponto de divergência

A maioria dos estudos iniciais de gestão e manejo de recursos comuns tinha como objetivo alcançar ou quantificar a sustentabilidade ecológica de determinado recurso por meio de formulações de modelos biológicos. Deste modo presumia-se atingir um “ótimo” entre a exploração e o ciclo de reposição de dado recurso.

Esta noção provém da concepção “cuja exploração é considerada em progressão linear, baseada no rendimento máximo sustentado e fundada numa representação da natureza a partir da noção de estoques ou *mananciais a serem*

⁸ Apresento aqui as palavras espaço e recurso entre aspas, por entender que é a própria visão dicotomizada de natural X social que fragmenta o “natural” em componentes como “espaço” e “recurso”. Inclusive, “recurso” na sociedade contemporânea admite, muitas vezes, um viés economicista, que desvaloriza suas outras significações na sociedade. No entanto, julgo que a utilização desta terminologia é interessante para justamente demonstrar como, em diferentes momentos da realidade, tal compartimentalização é tênue e insustentável. Um recurso lingüístico que pode ser usado para contrapor ou mostrar o reducionismo da própria concepção que o criou.

geridos” (MIRANDA, R. B., 2004, p. 44). Manancial é entendido como o subconjunto de uma “espécie” que possui os **mesmos parâmetros de crescimento e mortalidade**, e que habita uma área geográfica particular (SPARRE; VENEMA, 1997, grifo nosso). Nota-se, portanto, a noção de recurso homogêneo e de “equilíbrio estático”. Apesar das bases teóricas da Ecologia já admitirem um conceito mais atual de “equilíbrio dinâmico”, percebe-se, muitas vezes, que há um descompasso entre conceituação e práticas com fins de gestão.

Sendo assim, durante muito tempo e ainda hoje, as formas majoritárias de se entender os modos de gestão dos recursos confiaram à objetividade científica (muitas vezes apoiada na estatística) o poder de definir o correto; de buscar meios para conter ou impedir a famigerada “tragédia dos comuns” alarmada e disseminada por Hardin (1968).

Não se trata de anular a importância destes estudos, mas de compreender que o reducionismo neles contido não pode sozinho dar conta da complexidade da realidade. Se os remanescentes florestais - objetos de aspirações conservacionistas de diferentes origens - em sua grande maioria não são desabitados, o autoritarismo da ciência em desconsiderar as “vozes” e saberes destes atores na tentativa de conservar a natureza torna-se inocente.

A existência de populações em ambientes com baixo teor de degradação colocou dúvidas sobre a generalização da “tragédia dos comuns” e trouxe questionamentos acerca da necessidade de isolamento total para fins de conservação. A discussão no Brasil sobre a importância destas populações (que no meio dos debates conservacionistas foram definidas como “populações tradicionais”) na conservação contextualizou duas visões com origens históricas e interesses distintos, mas que convergiam na busca pela compatibilização da ocupação destas populações em áreas protegidas e por maior efetividade nos meios de gestão de tais áreas:

Essas discussões ocorrem no meio conservacionista, tanto na sociedade civil como no poder público, sob a perspectiva da possibilidade de populações ocuparem o território de unidades de conservação de uso indireto, como parques, estações ecológicas e reservas ecológicas, a fim de se minimizar os conflitos, “aproveitando” as características “ecológicas” desses grupos sociais para a conservação. Depois, movimentos sociais rurais aliam essas discussões a questões sociais mais amplas, como a luta pela sobrevivência, concretizada na garantia de acesso aos recursos e à terra, meio de produção. [movimento conhecido como ecologismo social ou socioambientalismo] [...] A primeira perspectiva incorpora as populações no

discurso conservacionista e a segunda, pelo contrário, incorpora o discurso conservacionista ao discurso social, fortalecendo as lutas para garantia de seu território e de acesso aos recursos naturais. Fruto dessas lutas, a Resex é uma categoria de manejo que alia a conservação com a produção. (VIANNA, 2008, p. 215).

A expressão “população tradicional” é usada por inúmeras interpretações, porém a maioria delas converge de modo a defini-las como populações dotadas de um conhecimento acerca do mundo natural (gerados no âmbito da sociedade não urbana/industrial) que são transmitidos oralmente pelas gerações. Tal conhecimento é julgado como resultado de uma ligação orgânica (simbiótica) entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social, onde a classificação dualista “natural” e “social” muitas vezes não é rigidamente percebida (DIEGUES, 2000).

No entanto, cabe ressaltar, que a maioria destas interpretações está carregada de uma definição que parte sempre da relação com o “natural”. Sutilmente entremeada a estas concepções está uma noção de “essencialismo ecológico”, ou seja, a suposição de que tais populações possuem inerentes relações harmoniosas com a natureza. Esta visão de conservacionismo inato como centralizador dos comportamentos e relações destas populações é o referencial tanto do movimento ambientalista como das conseqüentes políticas conservacionistas, que procuram mostrar, desta maneira, a compatibilidade de ocupação em UCs através do “bom comportamento ambiental” das referidas populações. Assim, não são os direitos destas populações que regem este movimento científico-social, mas os danos que elas possam ou não gerar ao ambiente (VIANNA, 2008). Deste modo acabam por naturalizá-las e submetê-las ao congelamento, na tentativa de *conservar* comportamentos idealizados como “ecologicamente corretos” que fariam parte da *natureza* destas populações. Por outro lado, tais populações, no processo de luta pelos seus direitos, “incorporaram a conservação da natureza em seu discurso e se propõe a se utilizar os recursos naturais de forma sustentável, até porque sabem que isso lhes garantirá a perpetuação de seus territórios” (*Ibidem*, p. 254).

Todavia, as relações que tais populações têm para com o mundo natural não são, de maneira alguma, estáveis – nem necessariamente sustentáveis como se idealiza, mas sim passíveis de transformações que provocam continuamente a reorganização dos modos de apropriação do território a que pertencem. Para exprimir esta mudança Begossi (2001) utiliza a expressão “neotradicional” para designar populações dotadas de uma mescla de conhecimentos tradicionais e

conhecimentos provenientes de fora. De certa maneira, linguisticamente o radical “neo” tende a suavizar a carga de estabilidade e conservadorismo que a palavra “tradicional” adquire no senso-comum. Segundo a autora, a inserção de novas variedades de conhecimento aumentaria a variabilidade para a adaptação a mudanças, que mais tarde será discutido sob enfoque do conceito de resiliência.

No Brasil a discussão em torno dos recursos comuns manejados por populações locais ganha corpo, principalmente, com a luta dos povos extrativistas da Amazônia. O movimento seringalista amazônico adquire visibilidade ao se organizar institucionalmente e reivindicar direitos de propriedade e manejo de recursos. A manifestação obteve o apoio de várias outras organizações políticas e culminou com a criação de reservas extrativistas, onde lhes foram assegurados direitos de manejar coletivamente os recursos florestais (BEGOSSI, 2001). Foi a partir destas ações sociais que surgiram as quatro primeiras reservas extrativistas brasileiras, tardiamente, em 1990: Resex do Alto Juruá e Chico Mendes- Acre; Resex do Rio Ouro Preto – Rondônia e Resex Cajari – Amapá (LITTLE, 2003).

O fracasso de muitos sistemas convencionais de gestão de recursos – que utilizavam basicamente pressupostos técnico-científicos focados somente **no recurso** - fez com que pesquisadores começassem a investigar as dinâmicas de sistemas sociais e sistemas ecológicos integradamente (daqui em diante denominados *sistemas socioecológicos*) a fim de contribuir para os programas de gestão em UCs (SEIXAS; BERKES, 2005). Apesar de a hipótese trágica dos recursos comuns formulada por Hardin em 1968 ter influenciado enormemente a maneira de se conceber a natureza, os modos de gerir os recursos, e os sistemas de áreas protegidas, estudos posteriores criticavam tanto a generalização dos comportamentos humanos de sua teorização como também apontavam erros conceituais de sua parte sobre os regimes de propriedade.

Iniciaram-se inúmeros trabalhos que, esmiuçando as dinâmicas socioecológicas, abriram caminhos para a inclusão dos saberes das populações locais (SEIXAS; BERKES, 2005; BERKES *et al.*, 1989; FEENY *et al.*, 1990; McKEAN; OSTROM, 1995; NODA *et al.*, 2001; GADGIL *et al.*, 2005)⁹. Ressaltavam

⁹ Os estudos que contestavam a “tragédia de Hardin” através de estudos de caso iniciaram-se logo após a popularização das idéias de seu artigo, porém só foram incorporadas aos fazeres conservacionistas muito tempo depois. A referência internacional das diretrizes de áreas protegidas - União Internacional pela Conservação da Natureza (UICN) admitiu a compatibilização da ocupação humana em UCs somente na década de 1980.

a importância destes saberes para uma compreensão mais ampla da complexidade envolvida no manejo e gestão dos recursos. Estes trabalhos contestavam, por meio de vários estudos de caso, como diferentes grupos sociais elaboravam, utilizavam e adaptavam mecanismos de alocação de direito relativos ao manejo de recursos entre seus membros. Desta maneira “desatavam” os postulados básicos da *teoria* generalizante da tragédia de Hardin sob constatações *empíricas* (VIEIRA; BERKES; SEIXAS, 2005):

- as relações utilitárias dos humanos para com um recurso não são naturalmente destrutivas → o mundo não é só tragédia;
- muitas comunidades criam suas próprias regras de apropriação e uso de recursos comuns em sistemas de regime comunal para melhor beneficiamento de seus membros, mesmo sem a presença de regulamentações governamentais e de medidas destinadas a fazer valer a legislação em vigor → contrapõe a idéia de uma natureza humana essencialmente egoísta e da necessidade quase obrigatória de estatização/privatização para gestão eficiente dos recursos.

Estes estudos ressaltavam que a tragédia é um fato, muitas vezes, observável quando recursos estão sob regime de livre acesso, onde não há regulação dos usos. No entanto, as sociedades têm capacidade para construir e impor normas que restringem o comportamento dos indivíduos. Hardin parece resumir os regimes de apropriação de espaço e recursos a esfera pública e privada, confundido a base comum de recursos com livre acesso. Porém, vale dizer que uma propriedade comunal é, na verdade, uma propriedade privada compartilhada (DIEGUES; MOREIRA, 2001). Ademais, como dito anteriormente, nem sempre público e privado são mutuamente excludentes, podem, inclusive, estar imbricados em regimes mistos. Exemplos disto são as Resex - territórios nacionais em que se concede custódia de manejo aos extrativistas.

Além disto, tais estudos mostraram que a nacionalização – proposta de Hardin para reverter/barrar a tragédia – sem o controle efetivo do governo, tem transformado propriedades comunais tradicionais em propriedades estatais *de jure*, mas de livre acesso *de facto* (BERKES *et al.*, 1989). Esta situação ocorreu quando da nacionalização das florestas do Nepal em 1957, pois desempoderou as instituições locais que funcionavam para assegurar o manejo compartilhado dos

recursos dando lugar à rápida exploração comercial. Hoje há iniciativas de reverter a situação, através da volta de sistemas comunais de apropriação da floresta (BERKES *et al.*, 1989).

Assim, sistemas de manejo que admitam uma gestão flexível com as mudanças ocorridas em contextos específicos e, que incite instituições locais e externas ao compartilhamento de responsabilidade (co-gestão adaptativa) tendem a ser arranjos mais eficientes. Além de reconhecerem a importância do conhecimento local (GADGIL *et al.*, 2005; BERKES, 2005b).

Os exemplos da “antitragédia” mostram como as dinâmicas espaço-temporais dos ecossistemas se transformam pelas regras de conduta impostas pela própria comunidade de maneira a criar mecanismos de ajuste das apropriações comunais (BERKES, 1989).

Estes “mecanismos de ajuste” podem ser entendidos como respostas sociais geradas por *feedbacks* do sistema natural que conduzem a ações corretivas por parte da comunidade. Desta maneira as práticas de manejo percebidas – através dos circuitos de resposta ambiental – como ruins podem ser internalizadas pela sociedade e possibilitar uma reorganização das formas de apropriação dos recursos de forma mais adequada (ALCORN, 2005). A competência dos sistemas socioecológicos de responder aos *feedbacks* e de tolerar distúrbios mantendo sua estrutura e seus principais processos e funções são pressupostos que delimitam a resiliência de tais sistemas, ou seja, sua capacidade adaptativa. Desta maneira a resiliência dos sistemas socioecológicos está intimamente relacionada à aprendizagem, ao controle dos mecanismos de *feedback* por parte da sociedade e à heterogeneidade do sistema:

Quando as condições mudam, os circuitos de *feedback* do sistema tendem a manter seu estado usual – até dado ponto. A um certo nível de mudança nessas condições (ou limiar), o sistema pode se transformar de maneira brusca e catastrófica. [...] Os resultados dos esforços de gestão geram *feedbacks* que viabilizam correções de rumo, evitando-se assim ultrapassar os limites críticos que podem vir a ameaçar o ecossistema e o sistema **socioeconômico** que dele depende. [...] Sobre os fatores que condicionam a aquisição da capacidade adaptativa, [...] um deles refere-se à presença de mecanismos de *feedback* rigorosos e eficazes ou de uma articulação de estímulos e respostas no espaço e no tempo. [...] Uma segunda característica de um sistema resiliente é a manutenção da heterogeneidade e a existência de uma ampla diversidade de opções de ação quando as condições mudam.” (BERKES, 2005b, p. 320-324, grifo nosso).

1.4 Os diferentes valores admitidos aos recursos naturais e sua relação com a resiliência dos sistemas socioecológicos

A pesquisadora Alpina Begossi (2001), analisou a população caiçara¹⁰ e seus modos de relacionamento com comunidades externas de maneira a entender como isto reflete em sua resiliência socioecológica. Conforme a autora, a economia das populações caiçaras apesar de baseada na pequena produção de mercadoria, sempre esteve em contato com a sociedade externa, admitindo traços capitalistas. Esta participação comercial promoveu um aumento da flexibilidade cultural destas populações, e conseqüentemente viabilizou a reprodução social delas. Através da aquisição de novas variedades de conhecimento e práticas culturais, houve uma manutenção da variabilidade para a adaptação a mudanças. Em outras palavras, esta situação propiciou um aumento da resiliência deste grupo frente às mudanças sócio-econômicas vigentes de cada período.

Pode-se dizer que esta participação comercial ocorre em muitas outras áreas de recursos comuns, inclusive em áreas protegidas, onde as instituições “oficiais”¹¹ da gestão, muitas vezes, propõem ações que visam à geração de renda nestes locais como agricultura ecológica, extrativismo, artesanato e turismo. Tudo sob o enfoque da “sustentabilidade”.

Um caso interessante a ser analisado são os incentivos ao extrativismo, sobretudo, os de produtos florestais não-madeireiros (PFNM)¹², pois aos olhos conservacionistas é ao mesmo tempo produto que gera renda, mas que “deixa a floresta em pé”, por não extrair as árvores. Trabalhos como de PETERS (1992) tentavam ressaltar que o imenso valor econômico destes produtos ultrapassava os

¹⁰ “Caiçara” é um termo que passou por inúmeras conceituações no campo da história e da antropologia, porém hoje é usado para nomear os indivíduos e comunidades litorâneas do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro (ADAMS, 2000). São descendentes de índios e portugueses e possuem cultura e tecnologias que derivam destas descendências. Também há algumas influências africanas. Está inserida dentro do conceito de “populações tradicionais” (BEGOSSI, 2001). Porém para este trabalho, optou-se por não aprofundar as reflexões sobre identidades destes grupos.

¹¹ As iniciativas de co-gestão adaptativa no Brasil ainda podem ser consideradas incipientes, sendo ainda ações centralizadas nos órgãos governamentais – ou até mesmo não governamentais (ONGs) – em que o viés técnico-científico prevalece, por isso, “oficiais”.

¹² PFNM são produtos vegetais e animais que se obtém de ambientes florestais, incluindo frutas, fibras, sementes, plantas medicinais e aromáticas, óleos essenciais, resinas, látex, materiais para artesanato, entre outros.

lucros obtidos com a madeira. Portanto, o desmatamento para atividade madeireira foi julgado por ele como uma atividade sem sentido. Sob um enfoque conservacionista de viés econômico, os trabalhos deste pesquisador e outros, julgavam que esta alta lucratividade potencial já seria justificativa suficiente para manter a cobertura vegetal.

O uso de PFNM no Brasil é muito diversificado e antigo, sendo fonte de renda de muitas comunidades. A existência da atividade extrativista nas populações de várias UCs impulsionou o incentivo por parte dos órgãos governamentais, já que não haveria grandes investimentos na capacitação técnica. Aliada a isso, a valorização de temas ligados ao meio ambiente pelas populações urbanas, com grande apelo ao estético, acarreta conseqüentemente em uma valorização dos produtos gerados nessa “natureza reverenciada”. Sendo assim os PFNM entram no rol de desejos – alimentados pelo marketing - das populações urbanas. Exemplos disso são os inúmeros cosméticos fabricados com estes produtos e que alcançam grande popularidade. Valente (2009) aponta que este fato resultou em inúmeros casos de elevada comercialização dos PFNM com grandes mercados urbanos que, no entanto, não encontra a mesma proporcionalidade no retorno financeiro para as comunidades extratoras, além de promover degradação ambiental.

Assim, deve-se atentar para a **possibilidade** do surgimento de resultados perversos quando instituições de níveis superiores e órgãos gestores incentivam de maneira “descompromissada”¹³ as práticas extrativistas, visto a maioria dos estudos apontarem um baixo índice de incremento na renda familiar, convergindo com a depleção dos próprios recursos (VALENTE, 2009; BALZON, 2006; FERREIRA, 2010; CECCON-VALENTE, 2009). Uma intensificação da lógica de mercado sobre os recursos naturais nestas comunidades pode por em risco a capacidade adaptativa destes sistemas socioecológicos. A lógica de mercado opera sob velocidade para extrair capital. A velocidade das mudanças põe em risco os mecanismos de *feedback*, e conseqüentemente, as estratégias adaptativas que promovem a resiliência destes sistemas.

¹³ Neste caso específico, entendo como um incentivo “descompromissado” o ato (por parte dos órgãos e instituições gestoras) de promover uma atividade extrativista em discurso sem que haja um contínuo interesse e diálogo com os extratores (visto este ser o dever destes órgãos), favorecendo, em muitos casos, um manejo descontrolado.

Sendo assim, a importância dos conhecimentos locais para o entendimento destes comportamentos adaptativos é, portanto, substancial:

Dessa maneira, o conhecimento tradicional é tanto cumulativo quanto dinâmico, construído pela experiência e adaptado às mudanças, e é um atributo de sociedades com continuidade histórica no uso de recursos de um ambiente particular. Assim, na análise dos *modos de apropriação* dos recursos comunais, esse saber local não deve ser encarado apenas de uma maneira pontual, descritiva e, sim, de forma articulada e funcional, compreendendo suas inter-relações com as dinâmicas de usos, suas modalidades de acesso e de controle e transferência de direitos de acesso, bem como de repartição ou partilha *dos recursos*. (MIRANDA, R. B., 2004, p. 51, grifo da autora)

Como estes mecanismos ocorrem em condições e contextos específicos, estudos de caso que acompanhem a evolução destas estratégias durante o tempo são importantes para que possamos compreender de que maneira os diferentes atores agem no sistema (BERKES *et al.*, 1989). Sendo assim, há necessidade de uma abordagem mais holística em que pese não apenas o meio ambiente local, mas também a integração dos sistemas locais na economia de mercado e contextos sócio-políticos mais abrangentes. É de grande relevância investigar os aspectos diacrônicos relacionados aos sistemas socioecológicos, ou seja, “[...] é através da história que se busca entender a estrutura e função do ecossistema, e a cultura de seus habitantes. A história, nesse contexto, significa mais do que o passado dos indivíduos, pois inclui a análise da dialética entre mudança ambiental e mudança cultural.” (ADAMS, 2000, p. 167).

Desta maneira, este estudo pretende auxiliar nesta compreensão realizando um estudo de caso sobre a evolução histórica do manejo de um recurso natural (caracterizado como PFM) recentemente explorado de maneira comercial em uma comunidade presente em um Parque Nacional.

2 O recurso natural em questão: cataia ou “a folha que queima”

2.1 Sistemática, ecologia e distribuição

A planta conhecida como “cataia”¹⁴ na região do litoral norte paranaense e Vale do Ribeira recebe o nome científico *Pimenta pseudocaryophyllus* (Gomes) Landrum¹⁵ e pertence à família botânica Myrtaceae. É a única espécie do gênero *Pimenta* na América do Sul, sendo todas as outras espécies restritas à América Central e Caribe. Tem ocorrência no Brasil em regiões montanhosas litorâneas (Rio de Janeiro à Santa Catarina), no interior de Minas Gerais, Bahia e Goiás, além de existir de maneira isolada na Bolívia (LANDRUM, 1986). Nas outras regiões onde ocorre, admite nomes vulgares como: louro, craveiro-do-mato, louro-cravo, chá-de-bugre, cravo (LEGRAND; KLEIN, 1978).

Segundo Lorenzi (2002), é uma planta aromática que pode ocorrer como árvore ou arbusto (4-10 m de altura), de tronco geralmente ereto (20-30 cm de diâmetro) e com casca fissurada. A superfície inferior das folhas pode ser glabra ou densamente coberta por pelos. As inflorescências apresentam-se em panícula ou dicásios (7-15 flores), de coloração branca e muito perfumada. Apresenta frutos do tipo baga subglobosa, de polpa suculenta, contendo uma a duas sementes muito duras. Os frutos, quando maduros, adquirem uma coloração muito escura, quase negra, e são dispersos por pássaros. Possui madeira muito pesada e dura (densidade 1,00 g/cm³) que racha com facilidade.

A Tabela 1 sintetiza as distintas informações observadas para a fenologia, a ecologia (no que diz respeito à exigência de luz e de água, bem como a categoria de sucessão vegetal a que pertence) e o tipo de ambiente em que ocorreu *Pimenta pseudocaryophyllus*.

¹⁴ Segundo o pesquisador lingüístico Orlando Bordoni a palavra provém da língua tupi: caataya→caa (mato, folhagem, erva) + taya (ardor de pimenta) = erva que arde (BORDONI, [19—], p. 134).

¹⁵ Sinonímia botânica: *Myrtus pseudocaryophyllus* Gomes, *Eugenia acuminata* Link, *E. pseudocaryophyllus* (Gomes) DC., *E. leandrea* O. Berg, *E. pseudocaryophyllus* var. *B. ocoteoides* DC., *Pseudocaryophyllus sericeus* O. Berg, *P. costatus* O. Berg, *P. acuminatus* (Link) Bur., *P. organensis* Bur., *P. glaziovianus* (Kiaer) Bur., *P. chrysophyllus* Bur., *P. leandrea* (O. Berg) Ber. (LORENZI, 2002).

TABELA 1- DADOS SOBRE PERÍODO DAS FENOFASES, CLASSIFICAÇÕES ECOLÓGICAS, TIPO DE SOLO E AMBIENTE EM QUE FOI ENCONTRADA *Pimenta pseudocaryophyllus*. CS (CATEGORIA SUCESSIONAL); DL (DEMANDA DE LUZ); DA (DEMANDA DE ÁGUA); — (NÃO CONSTA A INFORMAÇÃO)

Fenofases		Classificações ecológicas			Solo	Ambiente	Referência
Flor	Fruto maduro	CS	DL	DA			
out/dez	maio/set	—	mesófito	higrófila	solos pouco profundos	Típica dos picos dos morros da Mata pluvial da encosta Atlântica e da borda oriental do planalto sul do Brasil	LANDRUM & KLEIN, 1978*
dez/jan	a partir de maio	pioneira	heliófito	Seletiva xerófito	Solos pobres, bem arenosos e drenados	Exclusiva de matas de altitude e caatinga	LORENZI, 2002*
—	—	secundária inicial	—	—	Solo de origem aluvial e encharcado em estação chuvosa	Ocorre na fitofisionomia “mata de brejo” no Parque Natural Municipal da Cratera da Colônia, São Paulo, SP	MARÇON, 2009 [▲]
—	—	Climax exigente de luz	heliófito	generalista	Tanto em solos úmidos como solos bem drenados	Zonas ripárias de nascentes da bacia hidrográfica do Ribeirão Santa Cruz, Lavras, MG	PINTO <i>et al.</i> , 2005 [▲]
set/out	jan/fev	—	—	—	—	Mata Atlântica da Ilha do Cardoso, SP	STAGGEMEIER <i>et al.</i> , 2007 [▲]
—	—	—	heliófito	—	Solos arenosos de origem marinha, recoberto por fina camada de serrapilheira	Floresta baixa de restinga da planície costeira de Bertioga, SP	LOPES, 2007 [▲]
—	—	—	—	—	—	No estado de São Paulo: Restinga litoral sul, Floresta Ombrófila Densa sudeste, Floresta Ombrófila Mista sudeste e Mata Ciliar centro	FLORESTAR ESTATÍSTICO, 2003 [▲]
—	—	Climax exigente de sombra	umbrófila	—	Solos de origem basáltica	Fragmento de Floresta Decídua Mata da Zilda, Perdizes, MG	WERNECK, 2000 [▲]

*Trabalhos generalistas, em que a categoria “Ambiente” é delimitada pelo território do Brasil (macro escala).

[▲]Trabalhos específicos, em que a categoria “Ambiente” está inserida em uma escala regional/pontual.

A disparidade de dados encontrados para tais aspectos denota certa plasticidade ecológica de *Pimenta pseudocaryophyllus*, que poderia, inclusive, ser entendida dentro do contexto da existência de variedades regionais proposto por Landrum (1986). O autor afirma que esta espécie está dividida em três variedades regionais: *Pimenta pseudocaryophyllus* var. *pseudocaryophyllus*, *Pimenta pseudocaryophyllus* var. *fulvences* (A. P. de Candolle) Landrum e *Pimenta pseudocaryophyllus* var. *hoehnei* (Burret) Landrum. A primeira variedade é encontrada nas regiões montanhosas do sudeste do Brasil, a segunda encontra-se nas regiões secas do centro-sul do Brasil e em uma população isolada na Bolívia, e a terceira está confinada as florestas litorâneas de Santa Catarina a São Paulo. O autor menciona que os extremos destas variedades são bem distinguíveis, porém há uma enormidade de intermediários, principalmente na região montanhosa do litoral de Santa Catarina a Rio de Janeiro. Apesar da literatura dos trabalhos listados na Tabela 1 não terem especificado a variedade de seus espécimes, poder-se-ia supor, pela distribuição destes, que fossem de distintas variedades ou de seus intermediários.

A distribuição destas três variedades parece estar disposta em um gradiente latitudinal-longitudinal com áreas onde há sobreposição (FIGURA 1). De fato, Barros *et al.* (1991) documentou a existência tanto da var. *pseudocaryophyllus* e da var. *hoehnei* na Ilha do Cardoso, litoral sul do estado de São Paulo (p. 139).

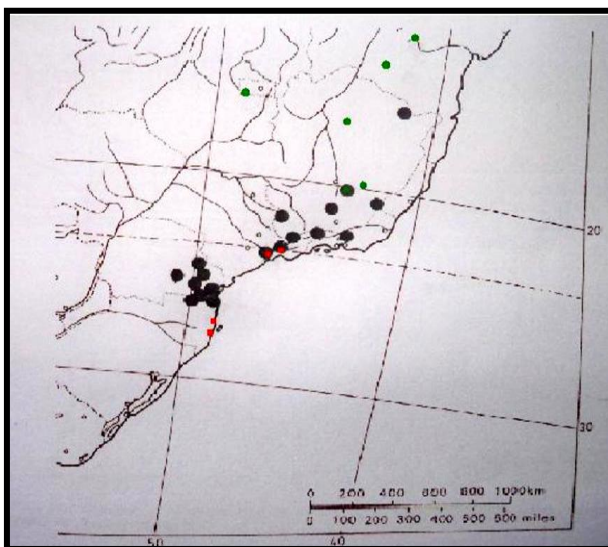


FIGURA 1 - DISTRIBUIÇÃO DE *Pimenta pseudocaryophyllus* var. *pseudocaryophyllus* (●), *P. pseudocaryophyllus* var. *fulvences* (◆) e *P. pseudocaryophyllus* var. *hoehnei* (■)
 FONTE: LANDRUM, 1986. ADAPTADO POR FERNANDA S. CATENACCI.

2.2 As potencialidades de uso na indústria fármaco-química

A cataia (*Pimenta pseudocaryophyllus* (Gomes) Landrum) possui um óleo essencial muito aromático, o eugenol, sendo este composto explorado há bastante tempo e possuindo inúmeras aplicações, desde o uso em aromatizantes, perfumes, cosméticos e inseticidas até na indústria fármaco-medicinal, dada suas propriedades antibacterianas, analgésicas e sedativas (GIRARD; KOEHLER; NETTO, 2007). Estes autores encontraram um alto rendimento da produção de óleo essencial a partir das folhas desta espécie e discutiram a possibilidades da extração de seu óleo essencial como uma alternativa à diversificação da forma de utilização racional das florestas.

Em um estudo PAULA *et al.*, (2009) com as folhas, foram encontrados metabólitos secundários de interesse medicinal, como flavonóides e taninos, além de atividade antimicrobiana no extrato etanólico bruto. O extrato de etanol bruto demonstrou-se eficiente contra bactérias Gram-positivas de *Staphylococcus aureus*, *Micrococcus luteus*, *M. roseus*, *Bacillus cereus*, *B. atrophaeus* e *B. stearothermophilus* e Gram-negativas de *Pseudomonas aeruginosa*, *Pseudomonas stutzeri* e também contra o fungo *Candida albicans*.

Lima *et al.*, 2006, também pesquisou a atividade antimicrobiana desta planta, porém do óleo essencial de espécimes da Ilha do Cardoso e de Paranabiacaba (ambos no estado de São Paulo) contra *Candida albicans*, *Escherichia coli*, *Pseudomonas aeruginosa*, *Staphylococcus aureus*. Foram verificadas diferenças de sensibilidade dos patógenos ao óleo essencial dos dois espécimes o que fez os autores suporem que tal resultado pode estar relacionado à também diferente concentração de compostos químicos encontrada. Levando-se em conta a existência de variedades intra-específicas para *Pimenta pseudocaryophyllus* poder-se-ia hipotetizar que esta diferença de concentração de compostos químicos fosse devido aos espécimes pertencerem a variedades distintas. Porém não houve refinamento taxonômico suficiente para que esta hipótese fosse corroborada.

O aumento do número de patógenos resistentes advindo do uso indiscriminado de antibióticos coloca em pauta a necessidade de diversificação de agentes antimicrobianos. Sendo assim, estudos que visem caracterizar princípios bioativos com esta propriedade adquirem grande relevância na sociedade contemporânea.

Estes compostos químicos vegetais podem, inclusive, possuir características que os qualifiquem como inseticidas possibilitando sua entrada no ramo da agricultura. Um exemplo de trabalho nessa área com a espécie em questão foi o de Pavarini *et al.* (2010), que obteve uma boa porcentagem de repelência sobre o adulto da broca da bananeira (*Cosmopolites sordidus*) utilizando o extrato aquoso das folhas. Esta praga pode causar perdas de 30% a 90% na produção de bananas.

2.3 *Um trago que é um santo remédio*

Esta espécie, além do potencial farmacológico citado anteriormente, possui propriedades medicinais atribuídas pelas populações do Vale do Ribeira-SP. Tem sido utilizada por moradores da região para o combate de gripes, resfriados e fadiga, e usado para inalações, massagens musculares, flavorizante de bebida alcoólica e como diurético (HIRATA; MORGANTE; VICENTE, 2009; LIMA *et al.*, 2006). A população de São Gonçalo do Abaeté-MG, também utiliza as folhas para fazer chás antigripais (PAULA, 2008). Barros *et al.* (1991, p. 56), em estudo sobre a flora da Ilha do Cardoso, relata que o chá da variedade *P. pseudocaryophyllus* var. *hoehnei* é muito apreciado pelos nativos. Um estudo etnobotânico também realizado nesta mesma ilha identificou para a comunidade de Pereirinha/Itacuruçá o uso da cataia como medicamento, principalmente como calmante (MIRANDA, T. M.; HANAZAKI, N., 2008). Legrand & Klein (1978, p.777) em seu trabalho sobre a flora catarinense também relataram a propriedade calmante admitida pelos nativos, além de regulador da digestão e da menstruação.

Ainda fazendo referência às propriedades do chá feito com a folha desta espécie, Marquesini (1995, p.157), em estudo sobre as plantas medicinais usadas pelos índios do Paraná e Santa Catarina, encontra sua utilização na Aldeia Indígena São Jerônimo da Serra (norte do Paraná; etnias Kaingang e Guarani), considerada depurativo do sangue. Nesta aldeia a espécie recebe o nome vulgar de canela-do-campo.

2.4 Usos da madeira

A madeira, por não possuir grandes dimensões, é usada apenas localmente em obras internas de carpintaria, bem como lenha e carvão. Suas características ornamentais a qualificam para a arborização urbana, além de ser recomendada para reflorestamentos (LORENZI, 2002). A Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo através da Revista Florestar Estatístico (2003) lança um documento sobre recuperação de áreas degradadas e a necessidade de diversificação de espécies em projetos de reflorestamento. Inclui *P. pseudocaryophyllus* na listagem de espécies nativas da região com mudas disponíveis em viveiros florestais, especificando os biomas/ecossistema de sua ocorrência no estado.

A cataia é ainda usada na confecção do cerco-fixo¹⁶ na região do Parque Estadual Ilha do Cardoso (litoral sul de São Paulo), sendo um dos nomes mais citados pela comunidade Pereirinha-Itacuruçá para este fim. Porém esta extração não se revelou causadora de muito impacto nos padrões de diversidade das áreas manejadas pelos cerqueiros (Oliveira, 2007).

¹⁶ É hoje a principal armadilha de pesca artesanal usada na região estuarina do litoral sul de São Paulo. É uma armadilha fixa, um tipo de “curral” construída dentro do estuário e disposta perpendicularmente à margem dos manguezais. (MENDONÇA; KATSURAGAWA, 2001).

CAPÍTULO 2 - O UNIVERSO DA PESQUISA

1 A cataia no litoral norte paranaense/sul paulista: “o uísque caiçara”

A denominação “cataia” para a planta *Pimenta pseudocaryophyllus* parece ocorrer somente na região litorânea do norte do Paraná e sul de São Paulo. Segundo os moradores desta região, o termo “cataia” é de origem tupi-guarani, e significa “folha que queima”. Nos outros locais, a planta geralmente recebe um nome composto derivado das palavras “cravo” ou “louro”. Isto por associarem o sabor e aroma de *Pimenta pseudocaryophyllus* ao do cravo-da-índia (*Syzygium aromaticum*) e do louro (*Laurus nobilis*).

Os moradores das ilhas do Paraná e do litoral sul de São Paulo, além de utilizarem a planta cataia como medicamento, usam as folhas de *Pimenta pseudocaryophyllus* curtidas em cachaça para produção de uma bebida conhecida popularmente como cataia e apelidada (por gente “de fora”, turistas) de “uísque caiçara”. As folhas dão uma coloração bronze e aroma e sabor característicos. A origem é atribuída a um morador da vila de Barra do Ararapira, porém seu consumo é popular em várias vilas tanto das ilhas como das reentrâncias da parte continental da Baía de Guaraqueçaba e do litoral sul paulista.

Além da atividade pesqueira, em muitas das vilas nas regiões litorâneas citadas a atividade turística têm se tornado cada vez mais relevante, devido ao crescimento e desenvolvimento da indústria do turismo e também à legislação imposta pelas políticas de conservação ambiental que restringem os usos da terra pelos seus habitantes (HANAZAKI *et al.*, 2007)¹⁷.

O turismo nas regiões de Unidades de Conservação nas localidades acima citadas foi inicialmente promovido pelo aspecto biológico-paisagístico, sendo inclusive, uma das atividades permitidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2006). No entanto, o leque de “opcionais turísticos” foi ampliado pela indústria do turismo, que viu nos bens imaterias (dança, música,

¹⁷ No ano de 1991 o complexo estuarino que envolve o litoral sul do Paraná e litoral norte de São Paulo, juntamente com porções montanhosas do continente, foi elevado à categoria de Reserva da Biosfera Vale do Ribeira-Serra do Mar pela UNESCO.

folclore) novos “materiais” de consumo, o chamado “turismo cultural”. Sendo assim a cultura local, é afirmada como “singularidades”, “o diferente”, tornando-se mais um dispositivo atrativo capaz de alavancar a visitação, e conseqüentemente trazer bônus capitais. Tal intuito, muitas vezes, produz representações estereotipadas que são difundidas pelos meios de comunicação (AVIGHI¹⁸, 2000 *apud* FIGUEIREDO, 2005). Na região litorânea norte do Paraná e sul de São Paulo, a indústria turística difundiu um ideal de “cultura caiçara”, englobando neste contexto uma de suas artes: o fandango.

O fandango foi alvo de estudos já em meados da década de 1960, quando intelectuais pareciam se preocupar com a busca por uma “identidade regional” (movimento que acontecia também em âmbito nacional). Porém, é atualmente que ele ganha mais espaço na discussão artística/intelectual, em parte promovido por um crescente movimento urbano de interesse pela cultura popular (MARTINS, 2006). Este interesse é percebido (e também impulsionado) pela indústria do turismo, que para “convencer” o turista investe na propagação de atributos ditos “típicos”, reforçando uma superficial idéia de “tradicional”, “imutável”, “primitivo” que tanto encanta seu cliente¹⁹.

O fandango como dança e música é *a priori* uma manifestação que envolve socialização, e como outros eventos desta categoria, muitas vezes, envolvem bebidas alcoólicas dentro do espaço em que ocorrem. Sendo assim, uniu-se ao fandango mais um artefato turístico que se popularizou, inicialmente, entre os próprios habitantes locais: a cataia, que ganha *status* de “uísque caiçara”. Em sites como o do blog “Fandango do Paraná”- que visa difundir e valorizar esta manifestação cultural- há informações sobre a planta²⁰ e divulgação da bebida em frases como:

“A Cataia está intimamente ligada ao fandango caiçara, por ser usada durante o baile para dar uma esquentadinha”

¹⁸AVIGHI, C. M. Turismo, globalização e cultura. In: LAGE, B. H. G; MILONE, P. C. (Org). **Turismo, teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000. P. 102-106.

¹⁹Neste trabalho não será focado as conseqüências (tanto positivas como negativas) das atividades turísticas nestes locais, discutindo apenas os recursos de linguagem de “promoção” e midiatização deste turismo.

²⁰ As informações taxonômicas são, inclusive, equivocadas, pois a denominam cientificamente *Drymis brasiliensis*, planta da família Winteraceae também denominada vulgarmente de cataia.

“Caçula já tinha chegado também para ajudar o irmão no bar, porque ía ter bastante gente no fandango. Lá fora os turistas que visitavam a ilha e que já conheciam o fandango esperavam ansiosos enquanto bebericavam uma cataia e outra”

“Esperamos também a presença de todos para uma noite de divertimento e cultura. Terá a apresentação do grupo com modas batidas, mãe-ca-filha [outro tipo de mistura alcoólica] e cataia.”

A organização não-governamental (ONG) Projeto Bagagem tem a finalidade de promover o chamado turismo solidário, que visa gerar renda em comunidades tendo como princípio a *partilha cultural*²¹. Possui em seu roteiro comunidades espalhadas pelas regiões norte, nordeste, sul e sudeste do Brasil. Admite como atração turística principal o próprio *modo de vida* das comunidades. No roteiro que abrange o litoral do Paraná, intitulado “Conexões caiçaras” além de mencionar o fandango como algo a se ver nas comunidades há também citação da “*ardência da cataia (pinga curtida em planta local)*” como opção na gastronomia local.

Em outro site, da empresa “Araribá- Turismo e Cultura”, com os mesmos pressupostos filosóficos da empresa anteriormente citada há um *link* da comunidade de Barbados (Ilha de Superagui) com a seguinte foto e legenda (FOTO 1):



“Canoa de madeira, sotaque característico da região que combina muito bem com o Fandango cantado por artista de capa de livro, com rabeça e tudo mais, feita de ‘pau’ de caxeta e araribá (!!!), e cataia, muita cataia”.

FOTO 1 – IMAGEM QUE PROMOVE O TURISMO NA COMUNIDADE DE BARBADOS

FONTE: <http://araribacultural.wordpress.com/2010/03/18/barbados/> . Acesso em: 12/10/10.

²¹Segundo o site da ONG Projeto Bagagem: “As atividades são criadas para proporcionar intercâmbio cultural. Não se trata de apresentações folclóricas da cultura popular e sim de atividades que fazem parte do cotidiano que o turista vai experimentar. Estamos falando de reconhecer o valor dos mestres da cultura oral no turismo e proporcionar uma reflexão sobre a própria identidade no visitante.” (<http://www.projctobagagem.org>)

Percebe-se que a bebida feita com a cataia (*Pimenta pseudocaryophyllus*) já adquiriu certa popularidade no ramo turístico da região. Até mesmo pessoalmente já pude observar situações que me permitiram chegar a esta conclusão. Em uma de minhas estadias na Vila das Peças (Ilha das Peças-PR) estava caminhando pelas trilhas do vilarejo e vi um turista recém-chegado (pois estava com as malas e com um morador ajudando a carregá-la) perguntando ao morador sobre a “bebida famosa”. Em outra ocasião, na Vila de Superagui, estava num mercadinho quando uma família de alemães chegou meio sem jeito apontando com os dedos o que queriam, pois não falavam o português. Um turista brasileiro jovem começa a conversar com eles em inglês e no meio da conversa disse que eles tinham que provar a “bebida típica” dali. Foi o suficiente para que o pai da família comprasse uma garrafa! Relatos de blogs na internet tornam perceptível que os bailes de fandango no bar Akdov²² e a cachaça de cataia tornaram-se um dos chamarizes do desenvolvimento turístico local. Em redes sociais como o *Orkut* há algumas comunidades dedicadas a bebida, sendo umas delas com quase 1.500 integrantes (Comunidade “Eu bebo cataia” disponível em: <http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=1134170>). Este tipo de meio de comunicação tornou-se muito relevante na sociedade contemporânea, particularmente no meio jovem e assim, acaba despontando como um mecanismo espontâneo promotor e difusor dos “atrativos” turísticos eficiente e sem custos (já que o interlocutor não está recebendo verba para fazê-lo).

Na Ilha do Cardoso-SP, que faz divisa com a Ilha de Superagui-PR, o turismo é muito expressivo e há uma crescente comercialização de “cataia” (comunicação pessoal). A obtenção e comercialização da “cachaça de cataia” por pequenas empresas de cunho artesanal, segundo Hirata; Morgante e Vicente (2009) tem levado a um aumento do extrativismo predatório na região. A bebida é comercializada não somente em lojas de artesanato, mas também nos autopostos de abastecimento ao longo da rodovia BR 116 no Vale do Ribeira. A planta é obtida por extrativismo predatório, fato que pode comprometer a dinâmica e manutenção populacional da espécie. Este motivo chamou a atenção de pesquisadores do

²² Bar onde há apresentações de fandango nos finais de semana mais movimentados, sendo um dos centros de cultura estabelecidos pelo Projeto Museu Vivo do Fandango, patrocinado pela Petrobrás. Para saber mais acessar: <http://www.museuvivodofandango.com.br/main/home.htm>. Há também um blog dedicado ao bar: <http://fandangodoakdov.blogspot.com/>.

campus de Registro da Universidade Estadual Paulista (UNESP) a iniciarem trabalhos que envolvam aspectos relacionados aos óleos essenciais e a caracterização da diversidade genética das populações de cataia (*Pimenta pseudocaryophyllus*), no intuito de contribuir para futuras estratégias de manejo e conservação da espécie (MORGANTE *et al.* 2009; HIRATA; MORGANTE; VICENTE, 2009; MORGANTE *et al.*, 2007; SILVA *et al.*, 2007).

Cabe dizer que os impactos do extrativismo foliar são de difícil avaliação a nível populacional, já que os indivíduos não são destruídos. Alguns estudos sobre palmeiras indicam que este tipo de extrativismo, geralmente, faz com que os nutrientes sejam transferidos para a produção de novas folhas em detrimento das atividades reprodutivas da planta (ANTEN; MARTINEZ-RAMOS; ACKERLY, 2003). No entanto, a recuperação pode ser dificultosa visto que no interior de florestas o índice de luminosidade é baixo. Assim, apesar de ser um mecanismo de compensação para garantir a manutenção da fotossíntese, futuramente pode causar danos a dinâmica da população.

As cachaças feitas com a folha de cataia consumidas no litoral do Paraná, segundo os moradores das vilas em que tive oportunidade de perguntar a procedência (Vila das Peças, Vila Fátima, Guaraqueçaba, Barbados, Ariri e Vila de Superagui), são provenientes unicamente da vila de Barra do Ararapira. Todas as pessoas com quem conversei, me informaram haver a planta somente neste local. Em Barbados, uma dona de mercearia relatou haver procura da bebida pelos turistas: “*Ah! A turistada quando vem, chega perguntando da cataia. Eles procuram muito...*”; e um dono de bar/restaurante onde havia cataia disse, inclusive, que já houve algum esforço para encontrá-la: “*Até muito já procuraram no mato, no morro por aí, mas nunca encontraram... só dá na areia, no morro não*”. Tal informação me alertou para uma possível pressão extrativista neste local, porém não encontrei nenhuma literatura que fizesse referência ou abordasse este fato, destacando a necessidade de um levantamento dos aspectos relacionados ao manejo, modo de produção e comercialização da cataia pela população da Barra do Ararapira.

2 Área de estudo

2.1 Barra do Ararapira: um território em permanente construção

Barra do Ararapira²³ é o nome dado a uma pequena vila situada ao norte da Ilha de Superagui, que pertence ao município de Guaraqueçaba/PR. Esta vila faz divisa com o estado de São Paulo através do Mar de Ararapira, tendo como vizinha a comunidade de Pontal do Leste na Ilha do Cardoso (FIGURA 2).

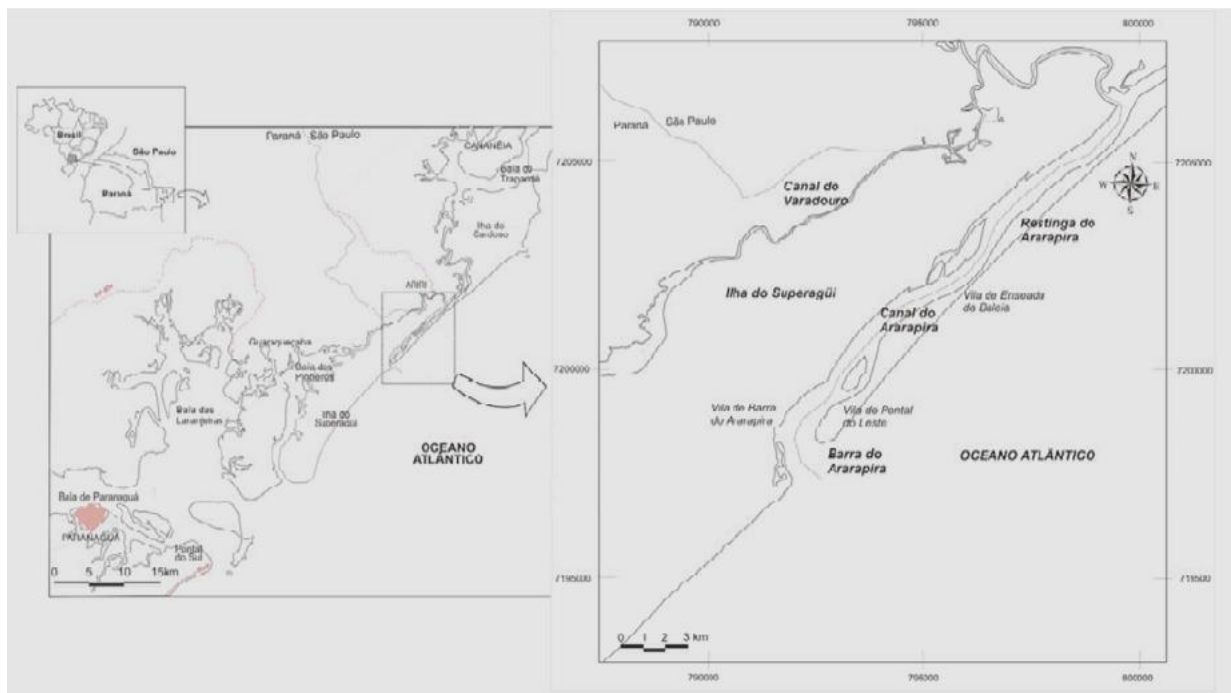


FIGURA 2 - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA VILA DE BARRA DO ARARAPIRA.
FONTE: ÂNGULO; SOUZA; MULLER, 2009.

²³ As barras são ambientes complexos e dinâmicos associados a estuários e lagunas costeiras que variam de acordo com o prisma de maré, a geometria da barra, a energia das ondas e das marés, o aporte sedimentar, a configuração dos canais estuarinos ou lagunares, o arcabouço geológico e o declive da face litorânea e da plataforma interna. A “barra” em questão, e que dá nome a vila, forma-se a partir da ligação do Mar de Ararapira (um corpo d’ água de aproximadamente 16 km de comprimento e largura média de 400m) com o Oceano Atlântico (ÂNGULO; SOUZA; MULLER, 2009).

A vila de Barra do Ararapira está atualmente incluída dentro dos novos limites do Parque Nacional do Superagui redefinidos pela Lei 9.513 – tendo como área 33.988 hectares (BRASIL, 1997). O Parque Nacional do Superagui foi criado pelo Decreto 97.688, em 25 de abril de 1989, com o objetivo de preservar amostras dos ecossistemas ali encontrados (BRASIL, 1989).

Na criação do Parque, as comunidades autóctones não foram incluídas dentro dos limites territoriais, já que nesta categoria de Unidade de Conservação as populações residentes devem ser reassentadas. No entanto, a ampliação dos limites territoriais do Parque fez com que várias das comunidades das ilhas de Superagui e Peças, bem como uma porção continental fossem incluídas, sendo a Barra do Ararapira uma delas. Apenas as comunidades maiores permaneceram fora da demarcação do Parque (FIGURA 3).

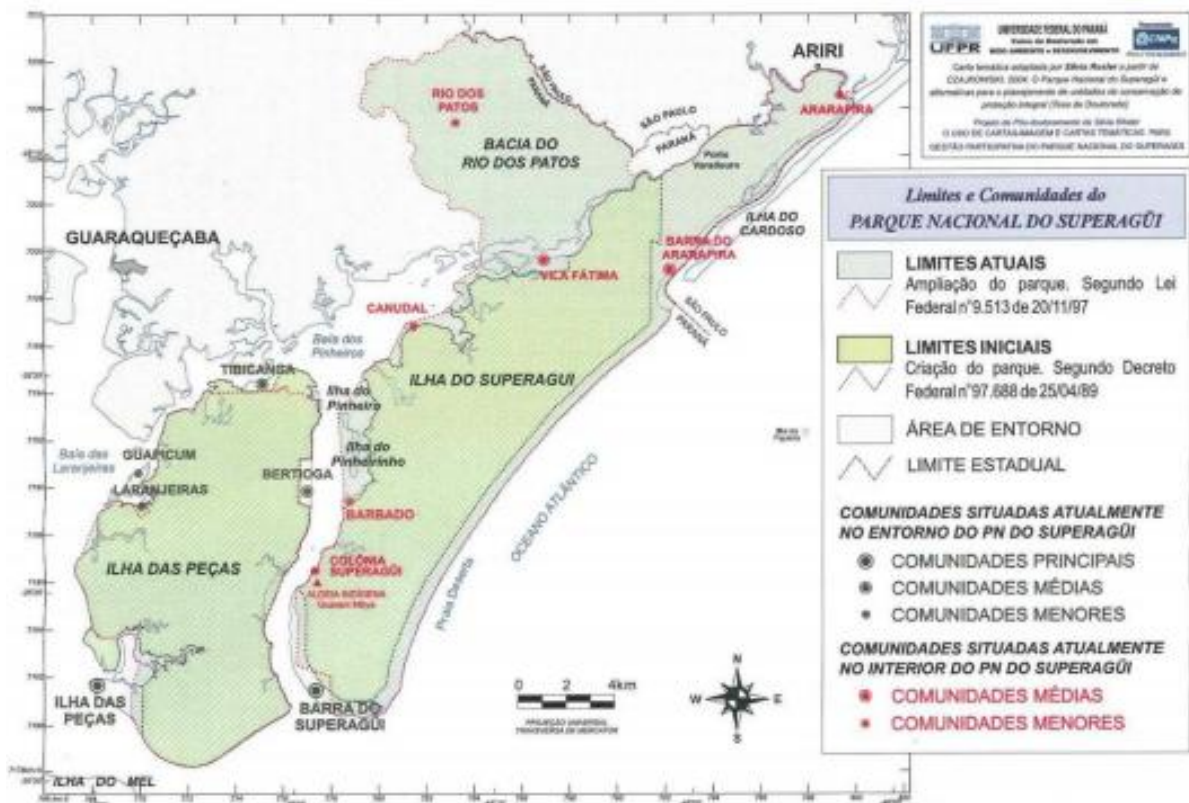


FIGURA 3 - LIMITES TERRITORIAIS ATUAIS DO PARQUE NACIONAL DO SUPERAGUI.
 FONTE: CZAJKOWSKI²⁴, 2006 *apud* BAZZO, 2009.

²⁴ CZAJKOWSKI, S. **Uso de cartas-imagens e cartas temáticas para gestão participativa do Parque Nacional do Superagui**. CNPQ nº 151343/2005-5: Pós-Doutorado Júnior; Programa Especial de Ciências Ambientais, desenvolvido junto ao Programa Interdisciplinar de Doutorado em

Atualmente, existem 46 casas na Barra do Ararapira, totalizando 137 habitantes (comunicação pessoal). A vila possui água encanada, luz elétrica por sistema fotovoltaico e geradores particulares, agente de saúde, um telefone público e escola até a quarta série, tendo sido contemplada pelo Projeto Escola das Águas, que, temporariamente, proporcionou o término do ensino do primeiro grau aos alunos. O primeiro sistema de geração de luz elétrica por energia solar foi instalado na Barra do Ararapira em agosto de 1996 pela COPEL (Companhia Paranaense de Energia), na forma de um Centro Fotovoltaico de Carga de Bateria (CFCB) que foi, posteriormente, substituído pelos sistemas fotovoltaicos domiciliares (SERPA; ZILLES, 2002).

A pesca é a principal atividade da comunidade, sendo a pesca “de rio” (no Mar de Ararapira) feita, sobretudo, para subsistência e a pesca em mar aberto para fins comerciais. Devido à proximidade com o mar aberto, a vila tornou-se um dos três núcleos de pesca marítima de Guaraqueçaba, juntamente com Vila das Peças e Barra de Superagui (DIEGUES, 2004). O extrativismo vegetal (para lenha e madeira) e a agricultura (principalmente plantio de mandioca) têm hoje pouca expressividade. Tal fato pode ser entendido a partir de dois contextos: tanto dentro das transformações em várias comunidades litorâneas, que envolveram a passagem de um sistema social de trabalho substancialmente agrícola para pesqueiro - motivado por questões econômicas iniciadas nos anos 30 (ANDRIGUETTO FILHO, 1999)²⁵ - como pelas restrições de uso da terra que as políticas ambientais lhes impuseram.

A região onde se encontra a área de estudo sofre intensa dinâmica costeira, sendo as margens côncavas do Mar do Ararapira locais de erosão e as margens convexas de deposição (o que caracteriza um padrão de fluxo do tipo meandro). A migração da desembocadura da barra na direção sudoeste, aliado ao padrão meandrante deste corpo d'água, propiciaram a existência de um ponto de ruptura na restinga de Ararapira (na Enseada da Baleia), que em 2009 apresentava largura de apenas 20 metros. Os estudos de Ângulo, Souza e Muller (2009) prevêm que entre 2012 a 2016 esta dinâmica de movimentação provocará o assoreamento da barra atual e a abertura de uma nova barra do Ararapira (FIGURA 4).

Meio Ambiente e Desenvolvimento UFPR. Supervisores: Paula da Cunha Lana e Rodolfo José Angulo. Agosto de 2006. 51p. Relatório técnico final.

²⁵Uma crise na agricultura de queimada (praticada em várias das comunidades estuarinas do Paraná), juntamente com a melhoria das condições de conservação de gelo e maior demanda de pescado nos anos 30, fez com que a pesca se tornasse a principal atividade destas comunidades.

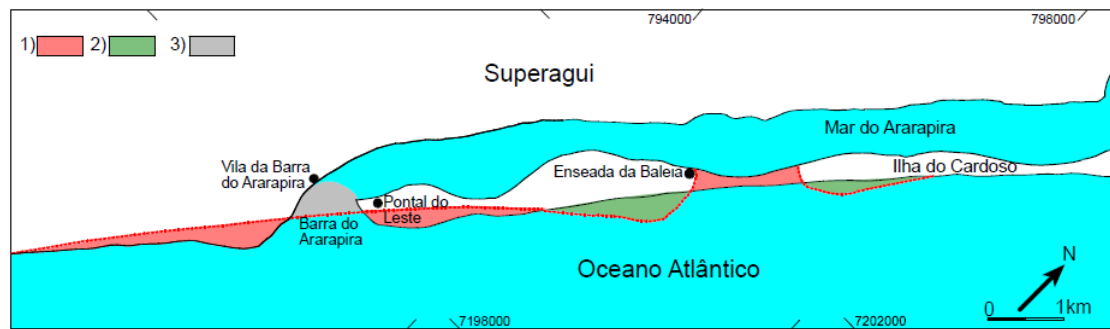


FIGURA 4 - PREVISÃO DAS ÁREAS A SEREM (1) ERODIDAS, (2) ACRESCIDAS E (3) ASSOAREADAS, APÓS A ABERTURA DA NOVA BARRA DO ARARAPIRA.
 FONTE: ÂNGULO; SOUZA; MULLER, 2009.

Estes autores citam que estas mudanças morfológicas do território da vila de Barra do Ararapira eram tradicionalmente motivos de realocamento das construções e plantações da comunidade que, contudo, foi limitada com a implantação do Parque Nacional do Superagui. Se o fechamento da atual barra acontecer haverá uma redistribuição da fauna aquática, o que afetaria a pesca neste local, além do acesso ao mar aberto tornar-se mais distante.

Juliane Bazzo (2009) relata em estudo de caráter etnográfico que estas mudanças espaciais da Barra do Ararapira são pauta obrigatória nas conversações ocorridas na Festa da Padroeira da vila (celebrada nos dias 25 e 26 de julho). Esta comemoração acaba por reunir parentes que, atualmente, vivem em outras vilas. Nestas conversas as pessoas rememoram aquilo que já foi levado pela erosão e propõem alternativas, adquirindo, assim, “a ‘força’ de ‘atos performativos’ capazes de impedir a desintegração social do território” (*Ibidem*, p. 14). Conforme a autora, isto influencia na persistência dos moradores da Barra do Ararapira em permanecer em seu território, mesmo diante dos obstáculos que lhes foram e ainda são impostos ao passar do tempo: a erosão marinha, a briga territorial com empreendimentos agropecuários na década de 1980²⁶ e as restrições das políticas ambientais sobrevindas com a criação do Parque Nacional do Superagui.

²⁶Em 1985, a CAPELA (Companhia Litorânea Agropastoril Paraná S/A) se instala na Ilha de Superagui desmatando grandes áreas para criação de búfalo. Tal fato provocou enorme reação, principalmente, em Barra do Ararapira e Barra do Superagui, caracterizando um movimento de resistência destas comunidades em defesa de um território que lhes admitiam “de direito”. Este ressentimento foi novamente desencadeado em relação às políticas públicas de meio ambiente advindas com a criação do Parque Nacional do Superagui (DIEGUES, 2004; BAZZO, 2009; relatos dos moradores).

Sendo assim, o território de Barra do Ararapira é um espaço com singulares peculiaridades, já que está continuamente sendo construído por forças muito distintas: o mar (que altera suas margens), as leis (que demarcam seus limites) e os moradores (que modificam e reorganizam a paisagem vivida).

2.2 Dentro da “Barra”

Ao chegar à comunidade, percebi que a extração da cataia era feita, majoritariamente, por um grupo de mulheres. Mesmo sem saber da minha intenção de pesquisa, a líder do grupo convidou-me, logo de início, para “*cortar cataia no mato*”. Aceitei o convite e realizei as mesmas atividades do grupo no local de extração: corte, amarração e leva dos feixes de galhos até o local de beneficiamento e desfolhagem. Este evento parece ter criado certa empatia das mulheres para comigo. Foi também nesta oportunidade que pude perceber alguns aspectos relacionados à atividade e conhecer as integrantes do grupo de mulheres (16 no total), de tal modo que pude eleger quem entrevistaria. Ademais, esta experiência contribuiu para novas estratégias de entrevista, já que possibilitou contemplar aspectos observados que não estavam no roteiro de entrevista feito anteriormente.

A permanência na comunidade se deu entre os dias 08/09/2010 a 14/09/2010, e as entrevistas foram feitas nos últimos dias, a fim de possibilitar um reconhecimento mínimo pesquisadora↔local/moradores. Com base nos princípios da metodologia de amostra intencional (TONGCO; DOLORES, 2007) foram selecionados indivíduos da comunidade com diferentes perfis em relação à atividade extrativista em questão: no grupo de mulheres optou-se pelo critério de idades distintas, posicionamento de liderança, tempo na atividade; realizou-se também uma entrevista com o indivíduo a quem é atribuída a “invenção” da cataia e com um dos homens mais velhos da vila que esporadicamente extrai/extraía a planta.

As entrevistas semi-estruturadas com moradores/extratores da folha de cataia (*Pimenta pseudocaryophyllus*) da Barra do Ararapira tiveram o propósito de obter dados sobre o histórico do extrativismo no local, o manejo praticado pelos extrativistas, a comercialização da folha e bebida bem como sobre a percepção dos extratores a respeito da biologia da espécie e da prática extrativista. O roteiro de

entrevista foi dividido em quatro partes: uma para identificar um perfil social do extrator, e as outras três partes continham perguntas relacionadas ao manejo, histórico da bebida e comercialização da folha/bebida (ANEXO).

Devido aos desdobramentos das entrevistas feitas na Barra do Ararapira, foi percebida a importância de um trabalhador da EMATER-Guaraqueçaba na configuração atual de exploração da cataia, e, portanto, com quem foi realizada uma entrevista. Optou-se por focar, principalmente, nas questões relacionadas ao incentivo proposto pela instituição EMATER sobre a extração da cataia pelo grupo de mulheres, porém outros temas referentes à planta também foram abordados.

As entrevistas foram feitas com o auxílio de um gravador de voz digital, mediante permissão dos entrevistados e, posteriormente, procedeu-se a transcrição e análise. No total foram sete entrevistados: cinco mulheres do grupo²⁷, dois homens da Barra do Ararapira e um trabalhador da EMATER-Guaraqueçaba. O perfil sócio-econômico dos entrevistados encontra-se abaixo (FIGURA 4).

A experiência de observação participante (no “corte de cataia”) contribuiu para o enriquecimento e detalhamento das informações obtidas posteriormente nas entrevistas. Deste modo, as análises que se seguem são de caráter descritivo e qualitativo, tendo como base de dados tanto as entrevistas como as observações e outras conversas feitas durante o período de campo da pesquisa.

²⁷Uma das mulheres entrevistadas demonstrou-se encabulada com o pedido de permissão de gravação, sendo assim, por ser esta mulher a última a ter entrado na Associação de Mulheres, optou-se por uma conversa que enfatizasse aspectos relacionados ao seu ingresso no grupo. Após a conversa, foram feitas anotações sobre os pontos principais, portanto, não se configurou como uma transcrição direta de sua narrativa.

Entrevistado	Idade	Escolaridade	Origem	Atividades: principal/ outras atividades regulares/ esporádicas	Tempo que trabalha com cataia
A*	52	1ª série	Barra do Ararapira	Pesca/cataia	3 anos
B*	58	4ª série	Barra do Ararapira	Pesca/cataia	3 anos
C*	30	8ª série	Pontal do Oeste, Ilha do Cardoso - SP	Serviço de casa/ cataia/ artesanato	3 anos
D*	33	4ª série	Iguape – SP (há 16 anos na Barra)	Pesca/ cataia	3 anos
E*	38	3ª série	Barra do Ararapira (estava morando em outra vila e voltou recentemente à Barra)	Pesca/cataia/ Artesanato	Aprox. 2 meses
F*	69	Nunca frequentou escola (analfabeto)	Barra do Ararapira	Aposentado (pesca, lavrador) / <i>cataia</i>	Incerto
Seu Rubens	63	Nunca frequentou escola (mas estudou em casa)	Barra do Ararapira	Pesca,mercearia /pousada/ <i>cataia</i>	Aprox. desde 1985

FIGURA 4 – PERFIL DOS ENTREVISTADOS EXTRATORES DE CATAIA NA BARRA DO ARARAPIRA, MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA – PARANÁ

O símbolo “*” foi usado para designar o grupo de mulheres da Associação de Mulheres da Barra do Ararapira que cortam cataia; “♣” para um dos homens de mais idade nascidos na Vila e que extrai/extraía cataia para atender pedidos particulares.

FONTE: A autora (2010)

CAPÍTULO 3 – A RESSIGNIFICAÇÃO DE UM RECURSO NATURAL AO LONGO DO TEMPO: A CATAIA DA BARRA DO ARARAPIRA – do doméstico ao comercial

1 Caracterização do processo histórico do uso e extração da cataia

1.1 *Uso histórico: “no tempo de primeiro”*²⁸

*Esse costume da cataia, meu Senhor! Faz um tempão já!
(Morador da Barra do Ararapira)*

Segundo os moradores da Barra do Ararapira (isto inclui tanto os entrevistados como outras pessoas da vila que de alguma forma contribuíram com informações²⁹) é antigo o hábito de utilizar as folhas da cataia para fazer chá. Todos ressaltaram o sabor delicioso do chá, e quando os relatos provinham de habitantes mais velhos continham, inclusive, lembranças de costumes extintos – como a produção de garapa em moenda de cana-de-açúcar:

Antes eles fazia pra chá. Tomá chá... Na hora do café assim, fazia o chá da cataia. E era bem gostoso, com leite, com ovo. [...] Os avós da gente já tinha. Já existia com certeza. Fazia o chá pra tomá, né. Eu quando era criança, mamãe já fazia. De primeiro eles fazia muita garapa, antes. Moíam casca, tinha moenda, faziam garapa e..mamãe fazia também chá da cataia e misturava na garapa e nós tomava. (Parente de uma das entrevistadas).

No que diz respeito à utilização medicinal do chá foram citadas as seguintes propriedades pelos moradores: “*bom pro coração, pro estômago, pra cabeça, pra azia, pra diabetes*”, anestésico, antigripal. Inclusive uma das entrevistadas relatou que seu médico de Guaraqueçaba a recomendou o chá para dores no estômago e para gripe. Como o óleo essencial da cataia é rico em eugenol e sendo este composto dotado de características antioxidante, anticarminativa, antiespasmódica, antisséptica, antimicrobiana e anestésica (disponível em:

²⁸ As expressões itálicas entre aspas que estiverem entremeadas as discussões/descrições foram extraídas das narrativas dos entrevistados.

²⁹ Em algumas entrevistas, parentes dos entrevistados estavam presentes e incluíam observações sobre os temas conversados.

<http://www.qmc.ufsc.br/organica/exp10/eugenol.html>), algumas das propriedades medicinais populares podem ser compreendidas dentro de tais características, mas nem todas (como os benefícios citados ao funcionamento cardíaco e diabetes).

O agrônomo da EMATER – Guaraqueçaba, que possui uma relação relativamente próxima à comunidade e, especialmente, às práticas relacionadas ao comércio da cataia³⁰ – apontou que o chá da cataia é “*bom pra fraqueza, pra estômago, diabetes, escorbuto, afrodisíaco*”. Ademais, disse ser costume dos moradores da Barra do Ararapira macetar as folhas verdes para ser usada como anestésico em machucados. Porém nenhum morador com quem conversei apontou esta utilização – muito provável em desuso, frente os produtos de mercado a que têm acesso mais fácil atualmente.

Além do chá, o aroma e sabor da cataia são apreciados há bastante tempo como tempero culinário, sendo frequentemente associado ao louro e ao cravo (assim como nas outras regiões brasileiras onde há cataia e, inclusive, recebe denominações correlacionadas a estas duas espécies):

Olha, tem pessoas que vem comprá pra por em feijão, como folha de louro. Tem pessoas que coloca em doce de arroz, em cuscuz. Toma com leite. Faz o chá e ao invés de por a água fria já faz o leite em pó na água dela. (Moradora e Integrante da Associação de Mulheres).

Coloca assim pra fazê o cuscuz. Cuscuz de farinha, a gente costuma fazê de farinha de araruta com fubá... Coloca a cataia na água e ali o vapor vai cozinhando a massa, a farinha, sabe, e vai soltando o gosto no cuscuz. Por aí só fazem com isso aí. Aqui nós fazemo ainda. [...] A cataia não tem como não fique bom, né. Qualquer coisa fica bom. O cheirinho... igual cravo. (Moradora e Integrante da Associação de Mulheres).

Este uso, segundo algumas conversas, é apreciado desde “*os tempos de primeiro*”, em que o cuscuz era comida do cotidiano, derivado das antigas roças de mandioca. Hoje as roças são quase inexistentes ou de tamanho muito reduzido, sendo que eles associam o abandono da atividade por distintas questões: requer muito esforço de trabalho manual, mudanças das práticas sociais³¹, falta de

³⁰ Este engenheiro foi quem deu incentivos ao início de uma prática regular e sistemática de extração da cataia, como será discutido posteriormente.

³¹ Uma das moradoras descreveu-me a seguinte situação: cada família tinha uma pequena roça (onde se plantava principalmente mandioca, mas também batata-doce, abóbora, banana, milho) construída conjuntamente com os parentes e vizinhos nos chamados “mutirões”. No entanto, diz que este costume de mutirão para roça é praticamente inexistente nos dias de hoje.

interesse dos jovens pelo trabalho de roça para dedicar-se exclusivamente à pesca³², acesso fácil às mercadorias industrializadas e também à proibição imposta pela criação do Parque Nacional. É com olhar bastante saudosista que os mais velhos relatam o aroma do cuscuz com cataia em meio ao trabalho nas roças:

Nós quando plantava roça fazia cuscuz de massa né, de mandioca assim, nós cortava aquele maço de folha e largava na panela pra depois por a cuscuzeira em cima. Fazia ferver, punha a massa ali. Quando tava fervendo punha a massa, cozinhava o cuscuz e lá de fora tava cheiroso! Igual cravo moído. Ah mas ficava gostoso! (Morador da Barra).

Outra utilidade existente em tempos passados foi o uso da madeira da cataia na construção de casas, hoje já não praticado³³:

[...] só que é uma madeira muito lascadera, lasca muito, partideira, chama, né. Se você lavrá ela, ela racha. Agora pro chão ela é um ferro. (Morador da Barra).

É boa pra casa, né. Ih dá cada pauzão assim ó! Primeiro aqui nesse mato tinha cada pauzão desse tamanho assim ó. Quantas madeira pra cá tirou dele. [...] Que antigamente ninguém usava isso pra nada, né. Derrubavam aqueles pau, lavravam com machado e ficava igual uma viga dessa aqui ó. [...] **E por aqui não fazem mais casa [com a cataia]?**³⁴ Não, agora não. Proibiram corta, né. Deus o livre se o IBAMA sabe que um qualquer daqui derruba um pé de cataia. (Morador da Barra).

1.2 Uso atual: “depois de Rubens”

*A gente aprendeu com os antigo, os mais velho, o chazinho.
Agora com a pinga foi Rubens.
(Morador da Barra).*

Quando se pergunta a origem do costume de curtir folha de cataia em cachaça a resposta é unânime: “Quem começou foi Rubens”. Sendo assim, nada

³² Em seu trabalho na Barra do Ararapira, Bazzo (2010) demonstra os motivos pelos quais os moradores da vila foram dedicando-se cada vez mais exclusivamente à pesca: “Quando questionados sobre por que pararam de plantar, os barreanos respondem, primeiramente, que os mais velhos dedicados ao serviço foram morrendo, enquanto os mais jovens perderam o interesse na atividade para se concentrar na pesca tão somente. É o período de chegada no vilarejo das embarcações a motor, do gelo para conservação do pescado e do acesso mais facilitado aos centros urbanos, os quais permitem uma rentabilidade financeira nunca antes alcançada. Explicam os moradores que na roça, ao contrário, trabalhava-se pesadamente apenas para alimentar a família.” (p. 126).

³³ O desuso da madeira de cataia na construção de casas pode estar associado principalmente pela facilitação do acesso a produtos de alvenaria de maior qualidade e também pela atividade de extração de madeira em Parques Nacionais ser proibida por lei.

³⁴ Os trechos das conversas que aparecem em negrito são falas do entrevistador.

mais fidedigno que buscar a história da cataia na própria “fonte”. Em conversa descontraída, Seu Rubens fala com ar jocoso de como uma de suas experimentações imaginativas caiu no gosto popular e acabou “*se esbranjando por aí tudo*”:

Então, essa história aí, veja bem, eu via que o pessoal fazia de tudo: carqueja, capim limão, um monte de coisa... Botava na pinga pra vender, né. Daí um dia eu achei muito cheirosa a cataia, que nossos antigo já usava pra chá, pra remédio, que ela é boa pro estômago, cabeça, azia, um monte de coisa. Aí eu coloquei num litro. Fiz um litro e dei pro pessoal e o pessoal adorou. Antes eu fiz também a canela, mas só que a canela é difícil né, a canela do reino principalmente, a serragem dela é difícil. Aí eu ia fazendo e ia vendendo e o pessoal que vinha de fora foi gostando, foi gostando... Isso foi em 85. Pois é, faz época, faz horas já... Então se algum fizé um depoimento que foi “assim”... é tudo maracutaia! Eu acho que ninguém sabe mais do que eu, de 85 até hoje é chão! Quem tá fazendo agora e diz que é isso e é aquilo... E é só a pinga e a folha mesmo. Porque daí você começa a colocá outras coisa, não é mais a cataia em si própria, né, já é batizada. [...] Foi por curiosidade [que começou a curtir a folha em pinga]. E isso repercutiu, sabia? Já foi até para o exterior! Os turista que vem aqui, de fora, levam. Levam pros Estados Unidos, levam pro Chile, que já veio gente aqui do Chile que levo.

Sendo assim, um costume que começou a popularizar-se entre os nativos da Barra e seus conhecidos de outras vilas³⁵ como uso doméstico, passou a ser vendido nos bares e vendas destas localidades, atendendo moradores e conquistando os turistas do incipiente fluxo ecoturístico da região, já que é apresentada como a bebida típica local.

Na vila de Superagui e na cidade de Guaraqueçaba, principais destinos turísticos do litoral norte do Paraná, a cataia é vendida em mercearias e no famoso bar Akdov na primeira localidade, e em uma mercearia em frente à praça e na Casa do Artesanato na segunda. Na fala dos diferentes entrevistados, o “destino” majoritariamente turístico da produção/extração³⁶ de cataia fica evidente:

Agora nessa época do verão sai bem. Que é época que vem mais turista em Guaraqueçaba. Nas festas. Igual esse feriado, a mulher do artesanato falo que saiu um monte de cataia. Saiu bastante. (Moradora da Barra do Ararapira e integrante da Associação de Mulheres).

Quando eles [os turistas] chegam aqui, já chegam sabendo da cataia?
Sim. A maioria daqueles ali já tem internet, esse negócio todo, e Guaraqueçaba é famoso pela cataia. Então o pessoal já chega aqui e já

³⁵ Existe a prática de levar folhas de cataia a parentes e amigos de outras vilas, bem como conhecidos pedem aos moradores da Barra do Ararapira que quando estes forem visitá-los levem folhas. Como, geralmente, há parentesco entre os habitantes das vilas litorâneas do Paraná, a “cataia curtida” foi se espalhando e tornando-se conhecida.

³⁶ Menciono produção/extração para designar os dois tipos de produtos comercializados derivados da extração das folhas: a venda da folha *in natura* e a cachaça curtida com a folha.

quer saber onde que tem folha pra comprá. (Engenheiro da EMATER-Guaraqueçaba).

Daqui [da Barra do Ararapira] vai tudo pro Superagui. Superagui não tem. É tudo a mesma ilha, mas não tem. [...] Um dia o Magal ali [dono de bar em Superagui] veio só pra isso! Foi combinado de cortá cataia aí ele veio aí. Ele liga pra nós. A gente corta. Tanto dinheiro que eles devem ganhar com a cataia. (Morador da Barra, parente de uma das entrevistadas).

No entanto, mesmo que grande parte da venda seja destinada a uma demanda turística, todos entrevistados afirmam que o consumo dos próprios nativos do litoral é relevante.

O agrônomo da EMATER-Guaraqueçaba relatou que o Festival de Fandango realizado em Guaraqueçaba em 2008 divulgou ainda mais a cataia. Este evento reuniu tocadores e turistas de diferentes partes, e a cataia foi um dos produtos vendidos nas bancas que promoviam o comércio de produtos da região:

Foi em 2008. Teve Festival de Fandango aqui, aí veio a turma de Cananéia e trouxeram as cataia deles. Aí botamo na feira de agricultura familiar, colocamo a das mulheres e outra barraquinha que tava lá com um amigo eu botei a minha cataia. Os de Cananéia tavam vendendo devagarzinho, as da mulher venderam quase tudo num instante e aí começaram a pedir da minha. [...] Era só os turista comprando tudo, tudo, tudo. [...] Que a cataia é conhecida como uísque de pescador. Uísque de caiçara ou uísque de pescador. É a bebida deles. Então tem a relação do uísque de pescador com o fandango, porque fandango é a música deles. “Os rico não tomam uísque? Nós também tomamo uísque!”.

É interessante notar que os próprios moradores parecem notar a relação de atração do turista com os símbolos culturais que são lidos como “típicos”; de diferenciação:

E a senhora acha que o turismo fez com que aumentasse [o comércio da cataia]? Fez também. Fez que aumentasse. É por que eles [os turistas] vão comprá lá deles [Guaraqueçaba]. Compram bastante. Compra pra mostrá pros lugar deles. Levam pra experimentá, pra mostrá. (Moradora da Barra e integrante da Associação de Mulheres).

Todos os entrevistados defendem que “a cataia boa pra curtir” só é encontrada na Barra do Ararapira, e que a existência em outros locais, por enquanto, “só ouviram falar”. Assim, segundo eles, a popularização da venda nos outros lugares fez com que houvesse certo esforço dos moradores para encontrá-la. Relatam, inclusive, que a falta da planta nas outras vilas que vendem cataia resulta em uma alteração “enganosa” da bebida por parte dos vendedores:

Diz que tem na Ilha Comprida, mas segundo que me falam, não é a mesma cataia. Dizem que é diferente. Eu ainda não vi as de lá. Por sinal aqui existe

várias [tipos de cataia]. [...] A cataia daqui é muito famosa, sabe? O pessoal deixa de comprá a cataia lá do norte [de Cananéia, Ilha do Cardoso] pra vim comprá aqui. E tem gente que vem de São Paulo, de Curitiba, passa por Superagui, por todos os locais e não compra, pra vim comprá aqui de mim. (Seu Rubens).

Por exemplo, eu experimentei cataia ali pra frente de Cananéia, como é que é... Ilha Comprida. Lá tem cataia, que eu fiz um treinamento lá e o cara disse "Ó esse é pé de cataia". Daí eu fui desfarçadinho peguei uma folhinha na boca e... é totalmente diferente. Quer dizer, é o gosto de cataia, mas bem fraquinho. (Engenheiro da EMATER-Guaraqueçaba).

Naquele mato lá da Ilha das Peças ali, que eu caçava ali, mexi aquele mato tudo e nunca encontrei cataia. Não tem, não tem mesmo. Não tem por que a turma que mora lá também dizia que não tem. [...] Diz que tem lá pro morro do Cardoso, no fim dessa praia aí... Diz que lá tem. Eu não sei eu também. Falam eles que lá tem. Mas se tinha pra lá não vinha procurá pra cá, né. O danado é isso! Se tivesse pra lá não vinham procurá pra cá. (Morador da Barra).

[...] Lá diz que tem, descobriram lá na Ilha Comprida. Lá tem cataia. Aí eles já trazem pro Marujá, né. Antes era tudo daqui pra lá que ia. [...] Só aqui. Superagui é tudo daqui pra lá que vai. Já tive ali no Elídio, na tia Rosa ali... lá entrei naqueles mato com eles por lá e não achei cataia. [...] E por aí eles não deixam curtir a cataia, assim, pra ficá vermelha. É uns 3, 4 dias e já põe pra vendê, né. Então fica branca ainda. Agora cataia aqui [na Barra] fica que nem guaraná, bem avermelhada. Aí no Marujá, não sei se você conhece? Uma vila aí, balneário... Imitavam folha de araçá. Punha folha de araçá pra enganar. Uma vez eles [turistas] vieram aqui no Rubens pra vê se tinha cataia verdadeira, né. E viram a diferença. [...] Eles enganavam o turista que vinha, né, não sabia bem como é que é. (Parente de uma entrevistada).

Por que eles fazem muita sacanagem aí pra fora. Eu te contei até daquela moça que tomo aqui e ela achou muito diferente. Lá do Superagui, né. E eles misturam mesmo. Por que às vezes eles pegam a folha e não completa, às vezes falta, né. Pra eles fazê isso em dúzia, chega época de turista eles coloca qualquer coisa. Coloca essas bebida escura que dá cor, né. Já ouvi falá que no Marujá eles fazem muita sacanagem desses tipo. (Moradora da Barra, integrante da Associação de Mulheres).

Em conversas informais, os moradores da Barra do Ararapira deixam transparecer certo orgulho de ser sua morada "*a terra da cataia, da cataia verdadeira*". A popularidade da bebida fez com que o jornal Gazeta do Povo publicasse uma reportagem sobre a cataia³⁷ - entrevistando moradores, tirando fotos e, conseqüentemente, divulgando a imagem da Barra. Este é um episódio sempre mencionado nas narrativas dos entrevistados. Além disso, quando o nome da bebida é associado às outras vilas em que é vendida, causa, nos habitantes da Barra do

³⁷ A reportagem "Cataia curtida: o uísque caiçara" encontra-se disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/verao/conteudo.phtml?id=968950>. No site deste jornal ainda podem ser encontradas outras duas reportagens sobre o litoral paranaense relacionando os bailes de fandango a cataia. Acessível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/verao/conteudo.phtml?id=852933>; <http://www.gazetadopovo.com.br/verao/conteudo.phtml?id=973424>.

Ararapira, certa indignação, pois aparenta haver, entre eles, a identificação da cataia como um dos “símbolos” que remetem à vila:

Aqui já foi divulgada a cataia. Esses tempo teve aí um homem...fizeram uma reportagem aí. Até eu falei sobre a cataia. [...] Aí eu falei. Assim, né, perguntavam e falava. Eu falei que o pioneiro mesmo foi lá Rubens, né. [...] Então, lá em Guaraqueçaba tem um homem que é de Curitiba, mas tem casa lá. Ele arrumô na lancha o nome de cataia! *Cataia... lá tem o lugar da cataia, tem “Vila da Cataia”, toda parte tem isso! É mesmo! Que é aquela casa que tem escrito “Vila da cataia”? É a turma aí que puseram ali! Que tomam muita cataia aquele lado pra lá, né! “Lar da cataia”³⁸ é um restaurante que tinha ali primeiro. [...] Tem o time da cataia também, né! Lá no Marujá tinha a banda da cataia... Banda da cataia, mas vai cataia daqui, né! Aí fizeram a banda deles. (Trecho da conversa feita com uma moradora da Barra e integrante da Associação de Mulheres – em itálico – e um parente seu – em formato normal).*

Você vê, o delegado chegô aqui e disse: “Então Rubens, a melhor cataia da região é a cataia do Rubens?”. Então é assim né... Então, a divulgação também é que eu fiz várias entrevistas em jornais, em televisão, duas entrevista na Gazeta do Povo, aqui eu tenho uma. [...] A mídia da cataia já tá feita, da Barra do Ararapira. Então, a importância que eu acho assim é por ter de Barra da Ararapira é a terra da cataia. Aí é “lá em Barra do Ararapira é a cataia. Melhor cataia que tem é de Barra do Ararapira”... Aí virô um bola de neve, no causo. (Seu Rubens).

Esse cara aí que vendia lá com o rótulo dele, olha só o que ele fazia: “Cataia produto” [...] e aqui na frente tinha Cataia e tinha o nome de Guaraqueçaba bem grande. Bem grande! Então quem via achava que a cataia era nativa dali, sabe. (Moradora da Barra e integrante da Associação de Mulheres).

1.3 Dinâmica de uso e apropriação da cataia – de 85 aos dias atuais

Muito foi falado assim [da cataia], né. O padre quando vem aqui às vezes compra e leva pros amigo dele pra fazê chá. O bispo, tudo. Só Cristo não, por que não veio aqui ainda! Se não levava também! (Trecho de conversa com moradores da Barra).

O aumento da popularidade da bebida feita com a cataia e do consumo atrelado ao turismo fez com que o uso ultrapassasse a escala doméstica para a comercial. Desta forma, a apropriação deste recurso natural sofreu transformações, já que a exploração passou, cada vez mais, a atender uma demanda externa e crescente.

Os trabalhos externos na Barra do Ararapira são realizados, na maior parte, pelos homens, sendo os afazeres domésticos pertencentes à esfera feminina. Bazzo

³⁸Uma das entrevistadas disse que chegou a trabalhar neste restaurante/lanchonete e mencionou que quando aparecia turista era freqüente pedirem o feijão temperado com a folha da cataia.

(2010) em trabalho etnográfico na Barra ressalta que apesar de existir uma divisão de trabalho por gênero na vila, tal situação é flexível as necessidades do momento, sendo feminino e masculino, sobretudo, “instâncias complementares” (p. 27)³⁹.

É através desta concepção de complementaridade que se pode entender a exploração da cataia no contexto atual. A planta é manejada tanto por homens quanto por mulheres (porém com propósitos distintos) sem, no entanto, “impossibilitar” os objetivos de cada grupo e configurar-se um conflito.

Segundo os moradores, desde quando a demanda externa passou a ser motivo que induziu uma maior coleta das folhas, tal atividade era realizada apenas pelos homens. Os trabalhos ligados ao comércio (venda de peixes à Cananéia, compra de produtos que serão revendidos na vila, compra de materiais de pesca em cidades maiores, etc.) sempre foram feitos pelos homens, assim, a comercialização das folhas de cataia também ficou, inicialmente, a cargo deles. No entanto, este comércio nunca foi regular. Nenhum homem teve ou tem como atividade principal a extração da cataia. A renda gerada era/é pouco significativa no montante do ordenado mensal, mas que, em ocasiões específicas adquire certa relevância.

A extração de cataia pelos homens da Barra foi, e continua sendo, uma atividade esporádica que pode ser motivada por três situações:

- 1) Pedidos/encomendas particulares – de pessoas de outras vilas ou turistas⁴⁰:

Eles vendem cataia pra rapaziada aqui. Os homem tudo. Quando vem gente comprá cataia, eles vão entram no mato, cortam e vendem. Lá de lá do estado de São Paulo, do Marujá venham cortá cataia aqui. [...] Pra nós [mulheres] não, mas pros outro ali. Se eles vê uma pessoa qualquer ali eles pergunta “Tem cataia?”, “Tem” e daí já vão cortá. (Integrante da Associação de Mulheres).

É, se era um amigo que pedia eu ia lá cortava um galhinho, um maço pra ele, e levava. Cobrava aí 5, 10 reais, trazia pra cá e já dava pra tomá um café! (Morador da Barra).

³⁹ Sobre as atividades realizadas na Barra do Ararapira e gênero: “A atuação de cada gênero se desenrola, assim, em níveis específicos e, ao mesmo tempo, imprescindíveis entre si: enquanto as atividades concentradas do homem são as que projetam a identidade pública do grupo – com foco antes na lavoura-pesca e agora na pesca –, as tarefas da mulher mostram-se fracionadas, divididas entre o auxílio externo ao marido e as obrigações do universo doméstico.” (BAZZO, 2010, p. 117).

⁴⁰ Segundo os moradores da Barra, pessoas de outras vilas que vendem a bebida cataia frequentemente aparecem para comprar folhas. Na grande maioria das vezes compram dos homens, que vendem uma boa quantidade de folhas por um preço bem pequeno. São raros casos, mas não inexistentes, em que indivíduos alheios à vila da Barra do Ararapira coletam por si próprios as folhas, já que os barreanos dizem ser necessário levar algum morador para reconhecimento da planta.

- 2) Agrado a parentes/amigos em visitas e a pessoas com quem simpatizam ou querem travar boas relações⁴¹.
- 3) Quando vão a Guaraqueçaba, principalmente, há o costume de levar galhos de cataia para vender na hora, a fim de comprar o combustível de volta à vila ou custear demais gastos da viagem:

A maioria deles [homens da Barra do Ararapira] vem com folha pra comprá diesel. Que a pesca tá muito ruim, né. A pesca tá horrível, horrível. Eles precisam vir aqui em Guaraqueçaba pra alguma coisa, aí eles trazem cataia pra comprá o diesel. [...] E isso aí é uma tradição já de anos e anos e anos. Então eles não perdem essa mania. Qualquer barco que chega da Barra do Ararapira chega com sacola de cataia. Já é uma tradição deles, entendeu? [...] Aí eles já tem o recurso pra comprá o diesel de volta, pra almoçar aqui. (Engenheiro da EMATER - Guaraqueçaba).

O domínio unicamente masculino sobre a extração permaneceu até cerca de três anos atrás, quando foi criada a Associação de Mulheres da Barra do Ararapira, uma instituição que tem por objetivo colocar as mulheres na exploração da cataia, e conseqüentemente, promover uma alternativa de renda a elas. Isto também acarretou mudanças significativas na apropriação do recurso, visto que o grupo possui modos específicos de exploração e de atendimento às demandas, ancorados, especialmente, sob princípios da coletividade.

A iniciativa de criar uma Associação de Mulheres foi proposta e incentivada pelo engenheiro da EMATER - Guaraqueçaba. Ele trabalha a pouco mais que cinco anos nesta instituição, com operações voltadas à assistência técnica na pesca. Conta o agrônomo que conheceu a Barra do Ararapira em um projeto para ostras e num destes encontros, assim como ocorre com muitas pessoas que passam pela vila, lhe apresentaram a cataia. Ele então pensou que isto poderia ser uma fonte geradora de renda para a comunidade, e como os homens já têm seu tempo dedicado à pesca, as mulheres poderiam, então, tomar posse do trabalho⁴².

⁴¹Pude observar pessoalmente este tipo de ocorrência, já que ao ir embora ganhei um pacote com folhas de cataia de um jovem que vende a folha. Também presenciei este tipo de “agrado” quando autoridades de Antonina passaram por lá: “Eu tratei ele com a maior delicadeza, né. São as maior autoridade do nosso município, menina. Primeira vez que você conheceu. [...] Eles vieram mexê no telefone por que das eleições. E conhecer também, que eles não conheciam. “A cataia que essa aí?”, “É daqui”. Eu não cobre, não. Dei folha, beberam.” (Morador da Barra).

⁴²Cabe lembrar que iniciativas de cooperativismo feminino são, hoje, vistas como primordiais para o desenvolvimento rural, e estimuladas globalmente. O empoderamento das mulheres nas estratégias de planejamento econômico de vários países recebe apoio internacional através do Fundo de

Tal promoção se deu com o apoio da Prefeitura de Guaraqueçaba, que, inclusive, doou os primeiros litros de cachaça para a produção de cataia pelas mulheres.

Conforme afirma o engenheiro, foi feita uma reunião, inclusive com a presença de autoridades do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) - ainda denominado IBAMA pelos entrevistados - e ficou permitido a exploração da cataia pelo grupo de mulheres. Na narrativa de uma das entrevistadas, ela relata outras práticas extrativistas realizadas anteriormente e como foi “criada” a Associação:

Antes de começá essa associação das mulheres pra entrá no mato, cortá cataia... a senhora já tinha o costume de ir pro mato? Ou foi difícil? Tinha. Nós toda vida trabalhamo nisso, nesse ramo de mato, sabe, de trabalhá no mato. Então, tinha por que uma vez veio a compra de...muitos tempo atrás, vinha a compra de samambaia, sabe, uma folhinha de samambaia que a gente [de fora] comprava, fazê macinho pra vendê. Nós ia todas [mulheres] de manhã cedo lá pra esse matão, catá samambaia pra vendê.[...] Aí acabo a compra da samambaia, num teve mais. Também né, o IBAMA também meteu-se... aí não compraram mais. Aí veio a compra do “fofão”. **Que que é o fofão?** Fofão é um tipo de um veludo⁴³, sabe. Que eles compravam, por em saco pra fazê... por de chuva de caixão. Pra fora, assim, levavam. Aí peguemo trabalhá tudo nós, criança, mulher, tudo iam tirá. [...] Diz que era clandestino aí a gente parou. Soube que não podia tirá. Por que não estragava a Natureza em nada, sabe, a gente só catava aqueles do chão, assim, num cortava nada. [...] Aí acabo esse aí e fiquemo sem nada, sem ganhá nada, né. Aí veio esse cara [da EMATER] e falo pra nós fazê a cataia e nós tamo fazendo. Tá até hoje. **E o IBAMA permitiu?** Pois é, aí veio também... foi EMATER, IBAMA e mais não sei qual órgão que vieram aqui e todo mundo concordou, sabe, pra nós fazê isso aí. Por que é um “ganhinho” pra nós. Nós peguemo tirá. O IBAMA também veio.[...] Que todos eles veio. Prefeito veio...Uma grande gentarada que veio, polícia tudo vieram...**Veio pra cá pra conversá sobre isso?** Veio. Conversá sobre isso. Vieram muita gente conversá. Fizemo uma reunião aí na porta do Rubens ali e aí eles concordaram pra nós trabalhá nisso. E tamo trabalhando nisso ainda. (Integrante da Associação de Mulheres).

O mesmo engenheiro foi quem promoveu a reportagem da Gazeta do Povo sobre a cataia. E foi, segundo ele, a partir deste evento que a nova autoridade

Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) – que objetiva alcançar a igualdade de gênero e fortalecer as economias locais.

⁴³O “veludo”, como é conhecido vulgarmente, é um tipo de musgo que em floriculturas é utilizado como substrato para plantas ornamentais, pois retém a umidade do solo. A “samambaia” também é vendida a floriculturas para fazer arranjos. Balzon (2006) realizou uma avaliação econômica dos principais produtos florestais não-madeireiros da APA de Guaratuba. O musgo (*Sphagnum sp.*) e a “samambaia” (possivelmente *Rumohra adiantiformis*) citados pela entrevistada estão entre estes principais PFNM's.

administrativa do PARNA Superagui⁴⁴ reconheceu e permitiu a exploração da cataia pela comunidade em caráter excepcional (GAZETA DO POVO, 2010). Os entrevistados afirmam que esta permissão foi dada somente à Associação de Mulheres e que a venda de muda da cataia foi proibida.

No entanto há de ser feita uma observação: esta é uma autorização informal, visto que não há um documento oficial do ICMBio que lhes dê a licença para extração da folha, mesmo porque é uma atividade proibida por lei para uma UC de proteção integral. Apesar de ser uma iniciativa menos burocrática e, portanto, mais pragmática, que tenta inibir a existência de mais um conflito (já que as proibições impostas pelas leis ambientais restringem a autonomia e grande parte das atividades dos nativos causando contínuos impasses na região) deve-se atentar para a maneira com que esta custódia do estado - representado pelo órgão gestor da área – é feita. Para os nativos, devido a essa condição de “trato verbal não oficial”, o órgão gestor é entendido menos como uma instituição e mais como a personificação do gerente do Parque. Este fato gera desconfiança e insegurança entre as integrantes (segundo elas “*não dá pra se fiar*”) já que o cargo institucional pode ser alterado e também porque há um tempo antes da atual “permissão” tiveram sua mercadoria apreendida em Guaraqueçaba pelo órgão.

Esta insegurança faz com que, de modo geral, tanto homens quanto mulheres realizem a extração e comércio da cataia permanentemente sob receio, “às escondidas”, pois sempre estão atentos a possibilidade de uma iminente repressão.

Pude presenciar tal situação em minha estadia na vila em evento anterior as eleições. Vieram autoridades políticas da comarca de Antonina (a qual a região está subordinada) assim como um membro da Força Verde (Polícia Ambiental) para verificar as condições de instalação da urna eletrônica no período eleitoral. Este fato mobilizou as mulheres a recolher a cataia que haviam cortado dias antes e estava para secar. Apesar de terem a autorização, mesmo que informal, para explorarem a cataia, fica evidente a concepção dos nativos de uma atuação majoritariamente

⁴⁴Esta nova autoridade ainda não trabalhava na gerência do Parque na época em que as reuniões com as diversas instituições incentivaram a exploração da cataia pelas mulheres. Foi também nesta nova conjuntura institucional que a Associação de Mulheres teve um de seus “lotes” de cataia apreendidos em Guaraqueçaba. Em conversa com representante da Força Verde percebi que eles não sabiam muito sobre a cataia, e nunca atuaram em nenhuma apreensão. No ICMBio de Guaraqueçaba conversei com pessoas ligadas a APA de Guaraqueçaba que lembraram do episódio da apreensão mas não sabiam muito sobre, já que foi um evento ligado ao PARNA e não a APA.

repressora dos órgãos e instituições superiores, em especial, aqueles diretamente relacionados à questão ambiental - sendo este o motivo central dos conflitos:

Porque a idéia deles é sempre absurda. É tirar o povo do lugar. Aqueles que lutaram, preservaram, e continuam lutando, eles querem tirar aquele povo. Sabe, é uma idéia totalmente maluca. **É que nessa idéia antiga, eles consideram que o homem não faz parte da natureza, né...** É, mas não é muito antiga não, sá menina. Tem muitos ecologista aí que mantém essa maluca tradição deles. (Morador da Barra do Ararapira).

Neste trecho nota-se a indignação do morador frente às novas condições de vida impostas com a criação do Parque. Diegues e Nogara (1999) comentam o duplo efeito da criação de UCs sobre os modos de apropriação comunitária do espaço pelas populações locais: de um lado barram a especulação imobiliária e expropriam os moradores, e de outro, há a imposição de um espaço territorial público (a Reserva) onde antes era um espaço comunitário, restringindo o uso dos recursos naturais. “Nesse sentido, essa superposição é vista pelos moradores como a usurpação de seus direitos de acesso aos recursos enquanto comunitários.” (p. 135).

Além disso, os privilégios dados pelas instituições superiores de um grupo social específico para a extração do recurso (no caso as mulheres) e a proibição dos demais extratores leva a clandestinização dos outros usos e atores. As mulheres vendem seus produtos (folha e bebida) a estabelecimentos voltados predominantemente ao comércio impulsionado pelo turismo. Já a atividade dos homens está mais relacionada à satisfação de necessidades imediatas (como a compra de diesel para viagens de volta à vila) e as relações públicas/sociais, não podendo ser descartada sua importância. Ademais, os homens estão no “ramo” há mais tempo, e por isso podem ter conhecimentos valiosos a qualquer iniciativa de gestão. Penso que o incentivo à formação de um grupo de mulheres teve resultados particularmente interessantes (como será posteriormente discutido), mas que as ações relacionadas à gestão devem estar voltadas a comunidade em geral.

Caso contrário, uma ação que privilegia um grupo social específico acaba adquirindo a mesma característica “de cima para baixo” dos processos de criação das UCs, mas em microescala. Ou seja, a pedagogia “ambiental” de *subordinação* do local ao nacional em detrimento da *cooperação* nos processos iniciais referentes à criação das UCs (que em grande parte sofre resistência justamente pelas medidas

generalizantes não serem adequadas a condições específicas) acaba por entremear-se aos diferentes níveis de atividade da comunidade em questão.

Outro ponto interessante a ser comentado é que o mesmo engenheiro agrônomo incentivador da criação da Associação de Mulheres também é vendedor da bebida em Guaraqueçaba, comprando as folhas dos homens. A entrevista com ele se deu em sua própria residência e logo ao entrar percebe-se sua grande apreciação pela cataia. Há uma porção de garrafas com inúmeras variações de cataia feitas por ele. Em conversa, percebi que a quantidade vendida por ele ultrapassa em muito a das mulheres da Barra : “[...] tive lá [perto de Florianópolis] na festa da cachaça que teve e aproveitei e trouxe 80 litros de cachaça de lá. Fiz 80 litros. Em 10 dias vendi tudo. Agora esses dias eu fiz 40 litro, levou uma semana e vendi tudo”. O agrônomo argumenta que vende mais por questões de melhor qualidade de seu produto. Suas vendas são destinadas a grupos fechados que são levados a sua casa por indicações dos moradores ou amigos da cidade de Guaraqueçaba. Vende ainda a um restaurante em Paranaguá e sempre que vai à Curitiba leva para vender a amigos.

Ele afirma não fazer concorrência com as mulheres já que não existe nenhuma garrafa sua a venda nos estabelecimentos comerciais de Guaraqueçaba – destino dos produtos das mulheres. Na fala do entrevistado percebe-se que a cataia tem uma potencialidade de venda muito grande: “Só de bar de Curitiba, se eu quisesse ganhá dinheiro mesmo, eu ganhava mais dinheiro que na EMATER, só fazendo cataia.” No entanto, esta potencialidade não alcança o mesmo nível para os extratores da comunidade da Barra do Ararapira. A baixa remuneração gerada nas práticas extrativistas é a condição predominante apontada pela maioria dos trabalhos, inclusive, realizados no Paraná (CECCON-VALENTE, 2009; VALENTE, 2009; BALZON, 2006; FERREIRA, 2010). Isso gera nos nativos novamente⁴⁵ um sentimento de usurpação, pois um recurso natural originário da vila é apropriado por pessoas alheias que arrecadam mais renda do que eles próprios. Este sentimento fica claro nas narrativas de vários entrevistados:

É porque a gente não tem como [trazer cachaça de Morretes, boa e barata].
E daí ele continuou fazendo, sabe. Esse cara da EMATER que veio dá idéia

⁴⁵“Novamente”, pois eles já têm esse sentimento para com as leis públicas impostas na criação do PARNA Superagui, que veta o uso dos recursos para os nativos, mas abre o uso do espaço para atividades de lazer a pessoas de fora (turismo).

pra nós, ele fazia, vendia. Vinha aqui pra pega cataia. Só que ele tava ganhando muito dinheiro com essa cataia. Daí um dia ele veio [...] Aí eu peguei e falei: “Por que você não pode! Você já tem seu trabalho! Você se formou na sua lá...” por que ele não é de Guaraqueçaba, acho que é de Curitiba, ele só veio aí só pra trabalhá, né. “E agora você vim e tirá do que é nosso!” [...] Por que se ele deixasse só pra gente “Não, vô deixá só pra lá, pras nativa de lá, né, já que tem um grupo de mulheres lá trabalhando”, a gente ganharia muito mais... (Integrante da Associação de Mulheres).

E o pior sabe, é que ele denigre a imagem da cataia delas. Tira o espaço e ainda diz pro povo que a cataia delas não presta. Infelizmente, ele faz. E ele é o engenheiro da EMATER do nosso município. Veja bem as autoridade que a gente tem no município de Guaraqueçaba. (Morador da Barra).

As mulheres da associação comentam que os homens da Barra não têm a autorização como elas, e que continuam cortando e vendendo as folhas da cataia, e que isso inibe um pouco a venda da Associação. Porém elas entendem essa atividade como uma prática comum da vila e que por serem nativos (e parentes seus) não há porque brigar por isso, não se configurando um conflito:

A gente não tem autoridade pra proibir, né. Que a gente pode falá pra uma pessoa de fora que entra aqui, né. Mas pra pessoal nativo já não tem como. Por que sempre teve essa de vendê. Agora só porque a gente é outra, não tem nem como... (Moradora e Integrante da Associação de Mulheres).

Às vezes manda comprá [cataia] aqui também. Assim, alguma pessoa corta um galho e manda pra eles. Já ganha o dinheirinho deles, já. [...] eles ligam de lá [de outras vilas] e alguém encomenda, e já manda os saco com as folha pra eles. Aí já mandam o dinheiro. Então eles fazem também os deles por lá. Que isso já era pra ter proibido de fora vim tirá aqui, mas nós mesmo podemo tirá. (Moradora e Integrante da Associação de Mulheres).

Assim, o consumo da cataia em escala comercial fez com que este recurso fosse explorado e apropriado por diferentes atores que praticam a atividade motivados por diferentes razões, além de ter imposto o surgimento de uma cadeia produtiva, com lucros e esforço de trabalho diferentes para cada componente da prática. O fato do lócus da atividade estar dentro de um Parque Nacional e a ação de instituições superiores na regulação desta atividade - ICMBio, EMATER, Prefeitura de Guaraqueçaba - também acabou influenciando os modos de exploração da planta (restrição de usos, enfoque feminino, situação constante de “receio de multa por ilegalidade”). São racionalidades distintas agindo sob o mesmo recurso, e que, conseqüentemente, levam a um conflito.

1.4 A Associação de Mulheres da Barra do Ararapira

A gente fez um acordo que se é um grupo de mulheres nós vamos trabalhá todas juntas. Todas as reuniões que a gente faz é tudo anotado o que é discutido ali. Como se fosse uma associação bem séria, só a única coisa é que não tem legalizado. (Integrante da Associação de Mulheres).

Como discutido anteriormente, a Associação de Mulheres da Barra do Ararapira surgiu sob incentivos externos, no entanto, não houve um acompanhamento contínuo das instituições governamentais, o que, de certa forma, propiciou uma organização interna singular. A metodologia da “observação participante” deu visibilidade ao que depois se constataria nos diálogos posteriores: trata-se de uma associação extremamente organizada. A prática da extração é regida por princípios criados pelas próprias integrantes, tudo construído “rigidamente” de forma coletiva. Este senso de coletividade não se limita as relações internas do grupo de mulheres, fato que pode ser observado na constituição de suas normas – que, muitas vezes, como se verá adiante, foram construídas levando-se em conta o bem-estar da comunidade no geral.

Não só a atividade extrativista é feita de maneira coletiva, mas também, os lucros são igualmente distribuídos. Esta condição, sem dúvida, é algo que pode diminuir os riscos da “tragédia hardiniana”, pois não há espaço para um benefício individual. Além disso, esta condição por si só já contrapõe um dos princípios da afamada teoria: o egoísmo inato do ser humano. É claro que a exploração da cataia não é realizada somente pelas mulheres, entretanto a extração feita pelos homens adquire caráter esporádico e particular, como já tratado no item anterior, mesmo por que eles se dedicam majoritariamente à pesca.

Pode-se constatar, por meio dos relatos, que tanto a autorização das mulheres para a exploração da cataia quanto a associação criada por elas não são legalizadas oficialmente, mas apenas firmadas verbalmente. No entanto, diferentemente da relação com o órgão gestor da UC, a palavra local possui um valor que se basta em si, evidenciando a construção coletiva de valores consuetudinários⁴⁶.

⁴⁶Esta valoração é também ressaltada no trabalho etnográfico de Bazzo (2010), relacionando-a historicamente às restrições de meios de comunicação: “A iluminação solar chegou à vila nos anos 90, como também a água encanada. Em torno de uma década antes, a prefeitura municipal implantou ali posto telefônico, que depois se transformou num telefone público, cujo funcionamento atualmente sofre interrupções. Apenas duas famílias têm telefones fixos, conectados a uma rede via rádio, no

Apesar de a Associação de Mulheres não estar “oficialmente em papel” funciona como se o fosse: é composta por 16 mulheres com idades bem distintas, uma diretoria (presidente, vice-presidente e tesoureira), há pagamento de mensalidade (apesar de modesta é necessário para a manutenção do “caixa” que será usado na aquisição de novas mercadorias e, mais recentemente, para uma possível construção de um local da associação para armazenamento da produção⁴⁷) e regras internamente estabelecidas.

Abaixo estão listadas as regras por elas citadas:

- 1) Na associação só trabalha mulher, homem fica proibido de ajudar. No momento da pesquisa foi aberta uma exceção para somente acompanhamento de um homem no mato devido ao alarde de presença de uma onça nos arredores da vila.
- 2) Nenhuma das integrantes pode vender muda, nem doar cataia em folha ou bebida, já que é a fonte de trabalho delas. Caso queiram presentear alguém elas mesmas pagam pelo presente que oferecerão. Aqui vale ressaltar que isto é algo de difícil fiscalização e que só alcança êxito devido à existência de valores consuetudinários, através de uma ‘lei do respeito’, que se faz dentro das relações de parentesco e compadrio local (DIEGUES; MOREIRA, 2001)⁴⁸.
- 3) É proibido vender a bebida fiado aos moradores da vila. Esta norma surgiu em decorrência do vício alcoólico de um morador, que inclusive gerou conflitos na vila, pois sua família afirmava que a venda da cataia pela associação lhe prejudicava. Assim, esta proibição foi imposta para coibir possíveis conflitos semelhantes e como uma estratégia de diminuir o

Estado de São Paulo, que não raro fica fora do ar. Contei somente dois equipamentos de rádio amador, que permitem circular informações pela região. Sinais de celular e internet não alcançam a localidade. Se por um lado tais empecilhos dificultam a vida comunicativa de todos, por outro são interessantes para analisar o valor da palavra local: o dito e o combinado têm validade sem a exigência de confirmações e mesmo que se passem dias.” (p. 30).

⁴⁷Atualmente elas armazenam os produtos na construção da Associação dos Moradores da Barra do Ararapira, que, futuramente, tem previsão de ser usada como sala didática de computadores (segundo os moradores foi aprovado um projeto do Estado que levará à vila o acesso digital, mas eles não sabem exatamente quando).

⁴⁸Para informações sobre a importância das relações de parentesco e compadrio nesta comunidade ver Bazzo (2010).

consumo de álcool na vila. Uma visão solidária, novamente evidenciando um espaço marcado por relações de parentesco e compadrio.

- 4) A falta de um dia de trabalho no corte da cataia requer uma reposição do afazer em outro dia. Esta condição só não é necessária se a falta for por motivo de doença, caso contrário (passeio, viagem), é preciso “*pagar o serviço*”.
- 5) Qualquer mulher pode entrar para a Associação, desde que tenha no mínimo 18 anos. “Chegamos a um acordo que elas eram muito nova, né, pra trabalhá em cachaça”, novamente uma regra que em que pese o bem-estar coletivo da vila em geral. A única ressalva é que a nova integrante terá direito aos lucros gerados a partir de seu tempo de trabalho, fato que leva à partilha do dinheiro entre as integrantes mais velhas antes do ingresso da nova mulher. Aqui vale mencionar um acontecimento recente na associação, que “ganhou” mais uma integrante (totalizando 16). A última mulher a entrar no grupo é nativa e voltou a morar na Barra há pouco tempo (entrevistada E). Quando perguntada sobre o motivo que a levou a entrar na Associação ela menciona o “*divertimento*”, “*estar junto com as mulheres*” e não pelo dinheiro, já que a renda é sempre pouca. Esta mulher não teve impedimentos para entrar, e pode-se perceber pela presidente do grupo a relevância do caráter sociabilizador do pertencer à associação:

Igual essa nova [mulher] que entrou agora. Ela chego faz pouco tempo, veio conversá comigo e pediu pra entrá, “Será que não vai dá problema?”. Eu disse “Lógico que não! Você tá com vontade de entrar vai entrar e pronto. [...] Você tá fazendo parte da nossa comunidade agora, se você tiver força de vontade”... Aí ela entro. Ela entro acho que no começo de julho. (Presidente da Associação de Mulheres).

A exploração da cataia pela Associação de Mulheres trata-se, portanto, de uma apropriação comunal do recurso com mecanismos que garantem certa exclusão (os homens, vendo que as mulheres se mobilizam de maneira mais forte, acabam “*deixando mais pra elas mesmo*”) e regulamentação do uso (baseado nas regras acima listadas, além de um cuidado com a planta como evitar cortar galhos muitos grandes – uma estratégia para não prejudicar o sistema de reposição do recurso).

No entanto, podemos abranger esta classificação: o manejo da cataia se dá “duplamente” na forma de uma apropriação comunal. Numa escala maior, homens e

mulheres se apropriam do recurso de forma comunal que tenta evitar a extração da planta por pessoas externas à vila⁴⁹ (favorecida, inclusive, pela dificuldade de reconhecimento desta planta de distribuição localizada⁵⁰), mas que não possui regras muito claras quanto à regulação do uso. E numa escala menor, a apropriação comunal do grupo formado pelas mulheres com seu modo de atuação característico já discutido. Tudo isso sob uma propriedade que, por lei, é do Estado. Fica evidente a forma imbricada dos regimes de apropriação tanto do recurso, como do território na Barra do Ararapira, sendo mais um testemunho dos estudos que vão na “contracorrente” da teoria generalizante de Hardin.

1.4.1 Mulheres dentro do mato: as diferentes relações geradas no corte da cataia

Pra mim a alegria mais é de tá junto. É gostoso de trabalhá. Você tá trabalhando em grupo, ali todas juntas. Por que se fosse eu dependê disso não. Fazendo artesanato eu ganho muito mais sozinha. [...] É que é gostoso mesmo. Eu principalmente gosto. Você trabalha uma vez por semana e olha lá. Tem vez que a gente fica até um mês sem trabalhá na cataia. Mas eu vô mais por divertimento mesmo. Por ser gostoso. (Integrante da Associação de Mulheres).

O relato acima deixa claro o que pude presenciar quando fui “cortar cataia” com o grupo: a atividade é, antes de tudo, um ato sociabilizante, justamente por todas as instâncias da exploração serem construídas coletivamente – das regras à resolução de conflitos. É evidente que elas querem arrecadar um dinheiro com o comércio da cataia, mas imprimem ao exercício as características do estilo de vida próprio da vila.

Tendo também notado esta peculiaridade do trabalho das mulheres em sua pesquisa na Barra do Ararapira, Juliane Bazzo (2010) comenta:

Parece-me que a reunião feminina dá continuidade a um circuito de trocas típico do sítio⁵¹, que envolve trabalho e afeto. Como todo aglomerado humano, as mulheres possuem dissensos, evidenciados à medida que com elas se convive, mas a despeito disso, articulam-se de maneira notável, porque continuam no sítio, um lugar em que é imperativo conviver e se relacionar. (p. 189).

⁴⁹Contudo, a exclusão não se dá de maneira absolutamente completa, já que os próprios nativos afirmam que há casos de pessoas de outras vilas que vêm procurar a planta. Esta exclusão “nativo da Barra/externo” é reflexo, inclusive, do sentimento de que o território lhes pertence de direito.

⁵⁰Vale lembrar, que a cataia é uma Myrtaceae e essa família possui muitas espécies com bastante semelhança entre si, o que torna o reconhecimento mais difícil. Ainda mais levando-se em conta que a planta não parece estar presente em todos os espaços que compõem as vilas litorâneas.

⁵¹A autora descreve “sítio” como um “espaço de parentesco e reciprocidade”, entendendo “parentesco” como as relações que envolvem tanto a descendência como a afinidade.

Esta relação pode ser observada na organização que têm as mulheres para com a instituição que formaram: não possuem um documento legal da Associação, mas registram “no papel” todas as atividades e conversas feitas nas reuniões. No caderno de ata, as ações, vendas e faltas são anotadas, permitindo um controle que assegura a seriedade e eficácia do trabalho.

Dentro do mato, na hora de cortar cataia, esta organização também é visível: cada vez que necessário, um grupo pré-estabelecido de cinco mulheres entram pelas trilhas por elas arranjadas, havendo um rodízio dos três grupos existentes. Na mata elas se distribuem de maneira relativamente independente à busca das árvores de cataia, sem, no entanto, perder o restante do grupo da visão. O corte é feito com facão e à medida que cada mulher obtém uma quantidade desejável, amarram os galhos com cordas, formando fardos que serão levados até o local de beneficiamento. Aqui cabem duas observações: cada mulher tem de levar seu próprio fardo, fato que limita a extração ao esforço que cada uma pode fazer; e a extração também é limitada pela altura possível de ser alcançada, visto que muitas árvores são demasiado altas. Conforme relatam, em cada grupo geralmente há uma mulher mais nova que “*trepa*” nas árvores mais altas, a fim de coletar as folhas mas não cortar galhos grossos e grandes – o que dificultaria a rebrota.

Entretanto, a atividade não se faz sem dificuldades: o “mato” exige atenção dobrada de quem nele pisa devido ao solo lamacento e aos arranhões em caraguatás⁵², isso sem falar na recente “ameaça” da onça. Em minha participação pude pessoalmente sentir os efeitos destes obstáculos – “*suruquei*”⁵³, como dizem os barreanos, até metade da coxa! As dificuldades tornam-se ainda maiores com a idade:

Mas pra mim agora que já estou de idade tá muito difícil. **Por causa do peso...**De carregar, do peso, é. Eu que não posso, eu tenho hérnia de disco e não posso carregá mais que 5 quilos. Proibido do médico, né. Mas eu carrego. Ontem não dormi de dor depois que vim do mato. Grande dor na minha coluna. É daquele jeitinho que você viu. É cortá as folha da cataia, carregá ele lá...Suruca, num suruca?! Você vê, o surucão vem até aqui! [Risos] (Integrante da Associação de Mulheres, entrevistada B).

⁵²Planta da família Bromeliaceae com margens foliares apresentando espinhos.

⁵³As pessoas da barra utilizam o verbo “surucar” quando se afunda, atola em lama. É interessante notar que o verbo “surucar” se assemelha ao vocábulo “sururu”, nome dado a um molusco bivalve (*Mytella guyanensis*) presente em várias regiões estuarinas e que habita o substrato lodoso, onde permanece enterrado.

Porém, mesmo com adversidades, o clima dentro da mata é de fato de “*divertimento*”, conversas e risos. Já na saída de volta à vila há crianças lhes esperando, e que lhes seguem até uma área atrás da igreja onde farão a limpeza e colocarão o material para secar. Além do mais, elas relatam que uma vantagem do trabalho na cataia é não exigir muito tempo: há um rodízio dos grupos de mulheres para o corte, e o beneficiamento - por ser feito coletivamente com todo o grupo – acaba sendo rápido (“Pra empacotá ali no meio de 15 mulheres...no mato...pense! Você nem vê, né! Não vê nem o tempo passá. Em duas horinha se trabalha.”).

No local de beneficiamento, os fardos são pendurados em um bambu e lavados com o auxílio de uma mangueira. Depois são levados a uma cobertura para secar à sombra – que segundo uma integrante é melhor pois “*o sol tira o cheiro*” - durante aproximadamente duas semanas, dependendo das condições do tempo. No entanto, quando a demanda aumenta (principalmente no verão, épocas de festas) elas colocam para secar no sol sob uma grande lona. Após secagem elas desfolham os galhos e há uma seleção: as folhas de aspecto mais bonito são empacotadas e vendidas *in natura*, as outras são novamente lavadas e usadas na produção da bebida, que é curtida em galões (após mais ou menos 15 dias de curtida o líquido é coado e engarrafado). Segundo as mulheres não há uma quantidade certa de folhas, elas colocam muitas e sabem quando a cataia curtida está “no ponto” através da cor, tem que estar “*vermelha*”. Tanto o pacote de folhas como a garrafa levam um rótulo (FOTO 2).



FOTO 2 – CATAIA PRODUZIDA PELAS MULHERES DA BARRA DO ARARAPIRA
FONTE: GAZETA DO POVO, 2010

Este rótulo foi produzido no início das primeiras reuniões para criação da Associação através de duas colaboradoras do Núcleo Integrado de Pesquisas e Ações Socioambientais e Educacionais da Universidade Federal do Paraná (NIPASE-UFPR), e teve sua aprovação pela administração do PARNA Superagui da época (BAZZO, 2010).

O destino dos produtos da Associação é, majoritariamente, a cidade de Guaraqueçaba⁵⁴, que são vendidos em dois pontos: uma mercearia em frente à praça onde aportam todos os barcos e na Casa do Artesanato, os dois compradores “arranjados” pelo agrônomo da EMATER. A bebida é vendida principalmente à mercearia/bar (pelo preço de R\$10, sendo revendida por R\$15), mas há também a venda de pacotes (entrega-se a R\$3, revenda R\$5). Na Casa de Artesanato são vendidos apenas os pacotes de folha (cobra-se R\$3, revenda R\$5), onde a procura pelos turistas é muito grande (“Tem turista que leva de 20 pacotes” – diz uma das vendedoras). Todas apontam que é a folha o que mais se vende. A bebida “*demora-se mais*”, fato que elas atribuem, inclusive, a venda do engenheiro da EMATER.

A extração das folhas pelo grupo segue, então, a demanda, não havendo uma programação de corte pré-estabelecida. As entrevistadas ainda apontam que o maior problema da comercialização é a falta de meio de transporte. Estes estabelecimentos comerciais de Guaraqueçaba ligam para a vila e encomendam os produtos, mas eles só conseguem ser levados até a cidade quando há uma “*carona*” de alguém que esteja indo para Guaraqueçaba, geralmente grupos de moradores que vão à cidade para receber aposentadoria. Não há um barco com transporte regular de Ararapira à Guaraqueçaba, pois a viagem é demasiado longa. As cidades do Estado de São Paulo são mais próximas (Cananéia, Ariri, Registro, Pariquera-Açu), sendo os locais de compras, vendas de peixe e de atendimento médico dos barreanos⁵⁵. Quando então questionadas do porquê de não comercializarem com estes núcleos paulistas elas dizem “*que lá já tem, tem pessoas que já fazem o deles lá*”.

⁵⁴Elas relatam que, em ocasião de viagem de alguma das integrantes do grupo, levam alguns pacotes e garrafas para oferecer (Em Superagui ou Paranaguá, por exemplo). Mas isto ocorre muito raramente.

⁵⁵Inclusive é em Cananéia que as mulheres compram as matérias-primas para beneficiamento de seus produtos: cachaça, garrafa, rolha, pacotes, etc.

A venda para outras vilas próximas é feita através das relações comerciais estabelecidas com os homens, sendo Superagui e comunidades da Ilha do Cardoso as maiores compradoras, e tudo por pedidos particulares de pessoas que irão fazer por conta própria a bebida e vendê-la (o turista é um comprador secundário). Não há o beneficiamento do produto nem um preço e quantidade fixa. As folhas são vendidas em sacos e o preço é “de acordo com o cliente”. Este comércio não se configura como a atividade principal dos homens, porém as observações deste trabalho não permitem dizer que a extração deles em termos quantitativos, por este motivo, é irrelevante. As mulheres, por sua vez, fazem um trabalho em que o alvo direto é o turista, que, por conseguinte, demanda um cuidado estético:

A gente escolhe [a folha]. Aquela furadinha a gente não põe no coisa [pacote]...**Por que não?** Não por que o turista exige aquilo ali, né. O furadinho não pode. E se é pra por na cachaça tem que lavá bem lavado.

Na hora de empacotá a gente escolhe as folha bonita e sempre fica algumas mais [feias] que a gente coloca na pinga pra não estragar. Não joga fora. Por que geralmente como é pacote, né, aparece. Então tem que ficá as folhinha mais bonitinha, tem que fica as folhinha boa. Não que as outras não preste, né. É só o aspecto.[...] Tem uma mulher que manda pro artesanato também, folha. Eu não sei da onde que ela consegue essas folhas. **Mas é uma mulher de lá?** É de lá. De Guaraqueçaba. Mas provavelmente ela consegue de alguém daqui. **E tem rótulo e tudo também o dela?** Não sei se tem rótulo ou é um papelzinho só com o nome dela. **Mas o de vocês vende mais?** Vende por causa do rótulo, né. A pessoa vê acha legal, acha bonitinha por causa do rótulo, né. Vende mais.

Apesar de o “*divertimento*” ser um dos pontos ressaltados por algumas das integrantes como o que as mantém no grupo, é importante dizer que a renda gerada, embora muito pouco⁵⁶ é nas palavras de uma das entrevistadas: “*muito bem-vinda, ajuda muito*”. Assim, o retorno econômico é sim importante, ainda mais em um local em que as fontes geradoras de renda são muito restritas, já que a economia da vila gira entorno, basicamente, das atividades pesqueiras. Por mais que exista uma pousada e um camping na vila, o turismo é ínfimo. Não há um transporte regular saindo do Paraná até a vila, e o barco que vem de Cananéia (3ª feira) ou do Ariri (escolar) é bastante custoso aos turistas (mais de R\$50 o trajeto), além de não

⁵⁶A partilha dos lucros é feita da seguinte maneira: o dinheiro da venda é guardado pelos administradores dos locais em que são comercializados em Guaraqueçaba (mercearia/bar e na Casa do Artesanato). Na ocasião de uma das integrantes viajar para Guaraqueçaba, esta traz ao grupo o dinheiro. Quando o acúmulo deste dinheiro é “relativamente suficiente”, elas partilham, geralmente um montante que dê ao menos R\$50 para cada uma. No entanto, isto não se dá mensalmente, mas geralmente de três em três meses. Segundo elas, as maiores rendas são as de final de ano mas nunca houve uma partilha de mais de R\$150.

existir barco nos fins de semana. Ademais, os turistas que vinham de Superagui (cerca de duas horas de bicicleta pela praia Deserta) têm hoje de enfrentar grandes dificuldades impostas pela erosão marinha da orla. Desta maneira, o dinheiro da cataia - apesar de pouco e não mensal - é visto por elas como uma complementação da renda (fazem pequenas compras⁵⁷, como gás de fogão, remédios, entre outros).

O relato de uma das integrantes mais velhas dá indícios que este valor pode ser tanto mais importante quanto maior a idade. Na vila não há atendimento regular e suficiente à saúde, sendo as cidades mais próximas do estado de São Paulo os destinos para suprir esta necessidade. Este dinheiro, apesar de não ser mensal, pode ter seu uso aliado ao período de visitação médica, custeando os gastos com passagem e estadia nestas cidades:

É muito bem vindo pra n is. Serve pra eu comprá remédio, né, pra muitas coisa. Viaj  quando vai no médico, que é longe. Já serve pra gente pag  passagem pra ir, né. Pra remédio, pra alguma coisa que a gente precisa. [...] Acaso eu receber hoje [o dinheiro da cataia], se t  meu médico marcado pra amanhã ou outro dia, aí eu tenho que ir. Com esse dinheiro já vê no médico. Por causa das passage... E l  pra ir pra Registro tem que pag  caro pra levá a gente...daí comprá o remédio... Ou quando não tenho médico a gente já faz uma comprinha. Já vai lá e já compra, assim, pra casa. (Integrante da Associa o de Mulheres, entrevistada B).

1.5 *Conhecimento da biologia da cataia e a sustentabilidade da explora o: a perspectiva local*

Que pra conhecê cataia s  mateiro. Pra conhece cataia tem que sabe o cheiro. Tem que bate pra v  o cheiro. Pra olhá assim na folha eu num conheço.
(Morador da Barra).

Na fala dos moradores da Barra do Ararapira percebe-se que o reconhecimento da planta tem forte apelo   experiência olfativa. Para os moradores a planta tem um aroma único e facilmente reconhecível. Esta é a característica que utilizam para comprova o da espécie. Na saída para cortar cataia na mata, as mulheres frequentemente ficam em d vida, já que há plantas muito semelhantes, como o araçá (também mirt cea). Elas, que estão no ramo há três anos, já

⁵⁷Nos dias em que estive na Barra, um barco-mercado itinerante – que passa todo sábado por l  – veio trazer mercadorias. Há um ajuntamento grande de moradores, que tem, entre outras coisas, a oportunidade de comprar carne de boi e de frango (que não é vendida na mercearia da vila por não haver meios de refrigera o). Grande parte das mulheres estava comprando com o dinheiro da partilha do dia anterior.

aprenderam algumas dicas (“O galho da cataia é escuro e do araçá é mais claro”), mas é através do cheiro que realmente confirmam a espécie.

Segundo os barreanos, há mais de um tipo de cataia, sendo uma delas mais apreciada (a “catainha”), por ter aroma e sabor mais acentuado:

E tem três qualidade de cataia: tem essa cheirosa, daquela mudinha ali, né, duma mais grande que não cheira muita coisa e tem da catainha que é a folha miudinha que é a mais cheirosa de tudo! É a mais gostosa, mais cheirosa, folha bem miudinha. Até difícil arranjar por aí, difícil. (Morador da Barra).

Catainha você pega a folha e é bem fininha, né. E é o cheiro da cataia. É uma marca de cataia. Tem outra da folha bem grande... (Morador da Barra).

Como este trabalho não abrangeu uma busca rigorosa da classificação taxonômica da planta não há como correlacionar as etnovariedades citadas pelos moradores da Barra com as variedades científicas, o que enriqueceria muito o conhecimento sobre a biologia e comportamento da espécie na região. Pelo mapa de distribuição da espécie *Pimenta pseudocaryophyllus* (LANDRUM, 1986) e pelo estudo de Barros *et al.* (1991) – realizado na Ilha do Cardoso, local com ecossistemas floristicamente semelhantes à ilha de Superagui – é provável que a variedade encontrada na Barra do Arapira seja *P. pseudocaryophyllus* var. *hoehnei*.

Ademais, o fato dos barreanos admitirem a existência de três “*marcas*” de cataia (sendo a “*catainha*” mais rara – “[...] tem grupo que dá 90% só a cataia grande, a da pequena é mais difícil de você achar” – morador da Barra) pode ser um indicativo tanto da presença de intermediários como pode ser também resultado de outros fatores como condições do solo, do microclima, sucessão ecológica, variações etárias, etc. A intrigante condição de “singularidade” que admitem os moradores à cataia **da Barra** (“*lá dizem que tem cataia, mas segundo dizem é diferente daqui*”) pode ser entendida de duas maneiras: ou as plantas da Barra são de fato biologicamente diferentes ou (algo que me parece mais provável) esta singularidade é reflexo da satisfação dos barreanos em serem “os inventores originais” de um produto que adquiriu notável fama no litoral – o que lhes confere certa alto-estima. Qualquer um dos motivos já seria suficientemente interessante para ser discutido numa pesquisa mais aprofundada.

Quanto ao hábitat da planta todos afirmam que há cataia somente em lugar “de baixo, de brejo”. Os homens entrevistados especificaram que a zona de ocorrência da cataia é em uma estreita faixa norte-sul da porção espacial mais próxima a costa, não sendo encontrada nas regiões interiores do território:

Ela tem uma faixa assim de sul a norte. Não é assim... não é pra dentro, qué dizê, pra dentro tem, você acha até ela no Rio da Fonte, só que em locais mais separados de outro. (Morador da Barra)

Ainda mais com a cataia que é uma erva que dá num baixo, sapopema pra lá né... se plantá fulana ali ía pra frente, ía. Agora se trazer pra plantá por aqui [no seco] ele já vai aniquiladinho, aniquiladinho, e num cresce igual lá no mato. [...] E nesse baixo aqui tem parte que a gente pisa aqui e treme tudo já. De tão mole que é. Dali se o cara escapô da estiva ali, que pega lama só... ih, vai embora! Tem que abri os braço na lama assim pra não “surucá” inteiro. (Morador da Barra)

Esta condição específica do solo em que ocorre a cataia no local (alagadiço, influência fluvio-marinha, lamacento) possivelmente é um dos fatores que dificulta a domesticação da planta. Quando na oportunidade de participar do trabalho das mulheres na mata percebi que uma delas trazia duas pequenas plantas, depois soube que eram “mudas naturais” de cataia. Nas conversas percebi que este é um hábito relativamente freqüente – alguns moradores trazem plântulas (“mudas”) para plantarem em seus quintais, o que facilitaria a obtenção de folhas para consumo familiar de chá da cataia. Inclusive, fazem questão de destacar o destino interno da tentativa de domesticação, já que a venda de “mudas” além de proibidas são identificadas, principalmente pelas mulheres, como prejudiciais ao sistema de renovação do recurso e da exploração comercial (“Também não acho certo também, né, tirá muda pra vendê e levá pra tudo lugar. Por que se começá a tirá aí vai acabando, né.” – integrante da Associação de Mulheres). No entanto, dizem ser muito difícil encontrar a “muda” na floresta, e mais complicado ainda o desenvolvimento da planta fora de seu hábitat original.

Esta situação é também relatada pelo engenheiro da EMATER que, em projetos particulares, já tentou cultivar a cataia tanto por germinação da semente como por variadas técnicas de reprodução vegetativa. Segundo ele, o objetivo seria cultivar um pequeno número de mudas no quintal de cada casa (oito a dez plantas) para que futuramente servisse à extração das folhas sem necessidade de entrar na mata.

No que diz respeito ao conhecimento dos entrevistados sobre a fenologia, dispersão e capacidade de rebrota as informações são divergentes ou imprecisas. Apenas a mulher mais velha entrevistada relatou ser o período de setembro a outubro a época de floração, os outros não tinham certeza. O período citado foi o mesmo observado para a cataia encontrada na Ilha do Cardoso (Staggemeier *et al.*, 2007). Sobre a frutificação não houve apontamentos de um período exato, apenas um morador referiu-se a baixa taxa de germinação da cataia: “Por que a árvore dele dá bastante sementinha, né, bastante frutinho. Mas cai e não nasce nada.” – morador da Barra. Os entrevistados apostam numa dispersão feita por pássaros, mesmo que nunca tenham visualizado o evento. Dois entrevistados (um homem e uma mulher) relataram também a existência de pragas que muito cedo já devoram as folhas da cataia.

A condição de imprecisão foi também notada para informações referentes a rebrota, já que não havia certeza quanto ao período de tempo exigido entre um corte e outro na mesma árvore, apenas constatavam que era um processo de fato ocorrente, mas demorado. Algumas mulheres relataram que o tempo para um broto crescer e poder ser cortado é em torno de um a dois anos. Elas, inclusive, relatam que já cortaram os brotos surgidos dos cortes iniciais da atividade da Associação. Entretanto, um dos homens entrevistados relaciona o tempo de rebrota com a época de corte, conhecimentos possivelmente advindos do passado de trabalho em roça:

Depende da época que ela é cortada, né. Porque se for época de primavera igual agora ela vai demorar, um mês ela já tá brotada.[...] É, na crescente que é bom de cortá.[...] Não, não chega um ano não, depois de uns seis meses já tá bom, já... É o que eu falei pra você, depende da época que foi cortada. Porque se você cortá ela, por exemplo, no mês de abril, que é a época que vai vindo frio, ela vai demorar muito, aniquila. (Morador da Barra).

O senhor entrevistado de mais idade disse que quando a árvore de cataia tomba em tempestade, há o surgimento de brotos ao longo do tronco caído. Este tipo de rebrota pude pessoalmente observar em campo.

Quando questionados sobre possíveis mudanças na quantidade de cataia ao longo do tempo e sobre a extração, as respostas também são heterogêneas: alguns afirmam “*que vai chegá uns tempo que vai acabá*”, outros apontam a ainda baixa frequência do corte como fator mantenedor de uma boa quantidade do recurso (“É, lá um dia que elas se ajuntam e vão. Pois se fosse todo dia já num existia mais

cataia no mato!”) e outros ainda asseguram que “*não aumentou nem diminuiu*”, pois há muitas árvores.

Todavia, é interessante notar que o grupo das mulheres adota uma prática que julgam garantir um bom desenvolvimento dos novos brotos: ao invés de cortar ramos muito grossos ou mesmo o tronco da árvore, elas frequentemente sobem no pé para cortar apenas os ramos menores. Há entre as mulheres certo controle moral para que um corte mais agressivo não ocorra. Percebe-se que há entre elas um maior cuidado para com o recurso em si, expressando uma noção de manejo – construída no interior do grupo - que prima pela continuidade da planta:

Eu já reclamei disso, igual da outra vez que eles derrubaram, eu fico “pê-da-vida” . Por que quando eu to junto eu não deixo eles derrubarem, eu não acho certo. [...] Eu não gosto de corta assim muito grosso, sabe. Que eu tenho pena de corta tudo o galho. Assim quando tem árvore que dá pra trepá eu vô lá em cima e corto. [...] Por isso que é bom trepá. Que daí o pé a gente não derruba. (Integrante da Associação de Mulheres).

CONCLUSÃO:

Fatores que influenciaram/influenciam na resiliência ecológica do sistema

*Eu acho que tem que tá tudo nós unido, né. Pra uma trabalhá e a outra dá força.
(Integrante da Associação de Mulheres)*

Após a análise do histórico de apropriação da cataia presente na vila de Barra do Ararapira é possível identificar alguns fatores que contribuíram, e ainda contribuem, para a resiliência socioecológica do sistema de manejo da cataia e outros que a ameaçam. Entre os fatores que influenciaram positivamente pode-se citar: (a) instituições locais fortes; (b) práticas de manejo específicas do grupo que lidera a extração da planta; (c) demanda ainda incipiente e, relativamente, localizada; (d) a exploração da planta não se constitui na atividade econômica principal da vila; (e) lócus da atividade de exploração inserido numa Unidade de Conservação; (f) existência de certa flexibilidade por parte do órgão gestor da UC. Cada fator é discutido abaixo.

(a) *Instituições fortes*: os moradores da Barra do Ararapira têm um forte sentimento de pertencimento ao território – gerado nos momentos de “luta” pela permanência no espaço ao longo dos vários eventos históricos, como a implantação da Companhia Agropastoril e a criação do PARNA – que se reflete no cuidado que têm para com o espaço da vila em geral, bem como na fiscalização da exploração do recurso em questão. Mais especificamente, a Associação de Mulheres – como instituição de organização e união notável – maneja a cataia sob regras construídas localmente, que valorizam, acima de tudo, o bem-estar da comunidade como um todo.

(b) *Práticas de manejo específicas realizadas pelo grupo que lidera a exploração*: várias das técnicas de exploração do recurso pela Associação de Mulheres mostram-se benéficas à reprodução contínua tanto da atividade como do recurso:

b.1 – *rotatividade de pequenos grupos no exercício do corte da planta*: poucos indivíduos (cinco mulheres) a cada saída para extrair o recurso → menor grau de pisoteio do solo e de plântulas, além de diminuir o esforço de trabalho individual – possibilitando a inserção de mulheres mais velhas na atividade;

b.2 – *rotatividade das áreas de exploração*: favorece a reposição do recurso natural sem que se deixe de explorá-lo;

b.3 – *trilhas “rudimentares”*: não há caminhos bem estruturados na mata (além da própria característica do solo dificultar o acesso), deste modo, o transporte do recurso extraído fica restrito à força física de cada uma das mulheres – limitando a quantidade de recurso explorada por vez;

b.4 – *técnicas que permitem rebrotação mais rápida e eficiente*: o ato de subir na árvore para cortar ramos mais secundários e não diretamente o tronco aumenta as chances de rebrote. Ramos muito altos sempre permanecem, o que pode viabilizar a manutenção das atividades reprodutivas da planta;

b.5 – *bom aproveitamento do recurso*: folhas de melhor aspecto servem à venda *in natura* e as outras não são descartadas, mas usadas para produção da cachaça curtida;

b.6 – *tentativas de “fazer mudas”*: a domesticação promove um maior conhecimento da biologia da planta;

b.7 – *existência de relações simbólicas com o recurso natural*: o reconhecimento regional da cataia como algo original da Barra do Ararapira e a possibilidade de geração de renda autônoma pelas mulheres motiva certo “apego” pelo recurso que, conseqüentemente, reflete-se no trato com a planta;

(c) *demanda ainda incipiente e, relativamente, localizada*: a produção destina-se, majoritariamente, a dois estabelecimentos comerciais de Guaraqueçaba e em quantidades não muito grandes (pois o fluxo turístico desta cidade é ainda principiante, devido a condições de transporte precárias e vagarosas);

(d) *a exploração da planta não se constitui na atividade econômica principal da vila*: a economia da vila é ainda ancorada na pesca, o que diminui o impacto sobre a planta;

(e) *lócus da atividade de exploração inserido numa Unidade de Conservação**: este fator possui, na verdade, um ponto positivo e negativo. Positivamente, inibe intervenções externas com possíveis resultados perversos e/ou mais impactantes como a especulação imobiliária e a expansão da fronteira agrícola. No entanto, a exploração do recurso natural é proibida por lei – já que se trata de uma UC de

proteção integral – deste modo a extração da cataia continua sendo uma atividade ilegal.

(f) *existência de certa flexibilidade por parte do órgão gestor da UC*: há de se destacar que a permissão “não oficial” da atividade exploratória da planta pelo ICMBio, mesmo sob viés de exceção, foi uma atitude que demonstra o reconhecimento do órgão sobre a necessidade de ações menos burocratizadas (e consequentemente menos morosas) na resolução de conflitos.

Todavia, foram também identificados fatores que ameaçam ou podem vir a ameaçar a resiliência ecossistêmica: (a) recurso relativamente abundante, mas de distribuição espacial restrita; (b) marginalização dos usos e comercialização realizados pelos atores não identificados como “prioritários” pelas instituições superiores; (c) receio dos nativos para com as instituições superiores; (d) intensificação do ecoturismo nas regiões litorâneas com menor taxa de urbanização; (e) diminuição ou maior competitividade na pesca; (f) conhecimento acerca do recurso não é muito aprofundado.

(a) *recurso relativamente abundante, mas de distribuição espacial restrita*: nas falas dos moradores, e também através da “observação participante”, percebe-se que a quantidade de espécimes de cataia aparentemente, considerando a área, parece ser abundante. Porém é de distribuição duplamente restrita – encontra-se, segundo os vários informantes, principalmente no território da vila de Barra do Ararapira e apenas na faixa territorial mais adjacente a costa;

(b) *marginalização dos usos e comercialização realizados pelos atores não identificados como “prioritários” pelas instituições superiores*: os homens realizam troca de ramos da cataia para suprir necessidades instantâneas e para estabelecer relações sociais amistosas, importância que não pode ser ignorada;

(c) *receio dos nativos para com as instituições superiores*: a possibilidade de troca de cargos gerenciais nas instituições superiores traduz-se numa desconfiança dos nativos, pois poderia acarretar mudanças das relações “órgãos gestores-habitantes da vila” já estabelecidas. Este sentimento é decorrente da concepção dos habitantes sob os órgãos superiores como atores repressivos – o que dificulta o diálogo;

(d) *intensificação do ecoturismo nas regiões litorâneas com menor taxa de urbanização*: este fenômeno é o principal consumidor dos produtos derivados da cataia, aumentando sua demanda e, conseqüentemente a exploração do recurso. A possibilidade de asfaltamento da estrada que chega à Guaraqueçaba pode, no futuro, aumentar o turismo local e isto deve ser contextualizado aos temas que se referem às demandas dos recursos naturais da região;

(e) *diminuição ou maior competitividade na pesca*: os moradores dizem que a atividade de pesca está, cada vez mais, enfrentando menor produtividade devido à sobrepesca e a maior frota pesqueira (que inclui pescadores e empresas de outras regiões). Este fator também deve ser correlacionado as conseqüências possíveis de virem a ocorrer no que diz respeito a um novo modo de exploração comercial de outros recursos naturais locais, incluindo a cataia;

(f) *conhecimento acerca do recurso não é muito aprofundado*: foram percebidas várias incertezas dos moradores quanto à reposição do recurso, e isto pode ser entendido pelo fato da exploração ser algo relativamente recente e também por ser algo difícil de se observar. No entanto, com a possibilidade de aumento da demanda este fator poderia dificultar as estratégias advindas dos *feedbacks* gerados na extração do recurso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho configura-se apenas como uma análise preliminar dos processos que envolvem a exploração da cataia na localidade da Barra do Ararapira. As principais observações referem-se às relações sociais que têm como mote esta atividade, porém seria interessante uma pesquisa mais detalhada que objetivasse informações mais precisas sobre a ecologia e manutenção do recurso. Um monitoramento da população natural de cataia feito em conjunto com a comunidade coligaria o conhecimento local ao científico e poderia tanto otimizar ações extrativistas como fortalecer o diálogo entre as instituições locais e externas, tão

urgentes para que se estabeleça os desejáveis – e mais eqüitativos, meios de gestão.

Através de um estudo de caso que incluiu a evolução histórica dos processos de gestão deste recurso natural pôde-se buscar entender como as dinâmicas de apropriação agem sobre a sustentabilidade do recurso explorado. Alguns reflexos dos fatores que influenciam na apropriação e exploração da cataia são fatos observáveis no presente. No entanto, a visualização das conseqüências **possíveis** de ocorrer no futuro também é importante para se conceber estratégias que visem a resiliência do sistema socioecológico, já que sob este enfoque está em jogo a necessidade de – por meio de atitudes preventivas – garantir o bom funcionamento dos processos ecossistêmicos. Em outras palavras, a busca por estratégias que têm como finalidade a garantia da reprodução do sistema socioecológico é admitir uma postura de gestão das incertezas não só do presente, mas também do futuro, e que invariavelmente deve estar atenta as necessidades e conhecimentos das populações que participam deste sistema.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Rev. Antropol.**, São Paulo, v. 43, n. 1, 2000. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-77012000000100005&script=sci_arttext&tIng=en>. Acesso em: 02/10/10.
- ALCORN, J.B. Botânica econômica, conservação e desenvolvimento: qual é a conexão? In: VIEIRA, P. F.; BERKES, F. e SEIXAS, C. S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: Secco/APED, 2005, p. 231 – 259.
- ANDRIGUETTO FILHO, J. M. **Sistemas técnicos de pesca e suas dinâmicas de transformação no litoral do Paraná, Brasil**. 256 p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999. Disponível em: < http://www.doutmeio.ufpr.br/teses/Jose_Milton_Andriguetto.pdf>. Acesso em: 29/09/10.
- ANGULO, R. J.; SOUZA, M. C. de; MÜLLER, M. E. Previsão e conseqüências da abertura de uma nova barra no Mar do Ararapira, Paraná-São Paulo, Brasil. **Quaternary and Environmental Geosciences**, Curitiba, v. 1, n. 2, 2009, p. 67-75. Disponível em: < <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs-2.2.4/index.php/abequa/article/viewFile/14577/11198>>. Acesso em: 29/09/10.
- ANTEN, N.P.R.; MARTINEZ-RAMOS, M.; ACKERLY, D.D.. Defoliation and growth in an understory palm: quantifying the contributions of compensatory responses. **Ecology**, v. 84, p. 2905– 2918, 2003.
- ARRUDA, R. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, n. 5, 1999, p. 79-92. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X1999000200007&script=sci_abstract&tIng=pt>. Acesso em: 09/10/10.
- BALZON, D. R. **Avaliação econômica dos produtos florestais não madeiráveis na área de proteção ambiental - APA de Guaratuba – Paraná**. 195 p. Tese (Doutorado em Ciências Florestais) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

BARROS, F. *et al.* Caracterização geral da vegetação e listagem das espécies ocorrentes. In: MELO, M. M. R. F. *et al.* **Flora fanerogâmica da Ilha do Cardoso**. São Paulo: Hucitec, v.1, 1991.

BAZZO, J. A problemática da territorialidade em Barra do Ararapira: três eventos comunicativos acerca do confronto entre lugares vividos e espaços fabricados. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 33., 2009, Caxambu-MG. GT 04 Conflitos ambientais, processos de territorialização e identidades sociais. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 2009. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/component?option=com_docman/task,cat_view/gid,55/Itemid,85/>. Acesso em: 02/10/10.

_____. **Mato que vira mar, mar que vira mato: o território em movimento na vila de pescadores da Barra de Ararapira (Ilha do Superagüi, Guaraqueçaba, Paraná)**. 291p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010 (no prelo).

BEGOSSI, A. Resiliência e populações neotradicionais: os caiçaras (Mata Atlântica) e os caboclos (Amazônia, Brasil). In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. (Orgs). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB, USP, 2001, p. 205-236.

BERKES, F. *et al.* The benefit of the commons. **Nature**, v. 340, 1989, p. 91-93.

BERKES, F. Sistemas sociais, sistemas ecológicos e direitos de apropriação de recursos naturais. In: VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: Secco/APED, 2005a, p. 47-72. (Original 1996).

_____. Conexões institucionais transescalares. In: VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: Secco/APED, 2005b, p. 293-332. (Original 2002).

BORDONI, O. **A língua tupi na geografia do Brasil**. Apoio cultural do Banestado. [19—].

BRASIL. Decreto n. 97.688, de 25 abril de 1989. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 6417, 26 abr. de 1989. Seção 1. Disponível em: <www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1989/decreto-97688-25-abril-1989-448079-publicacao-1-pe.html>. Acesso em: 27/09/10.

_____. Lei n. 9.513, de 20 de novembro de 1997. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 27181, 21 nov. 1997. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9513.htm>. Acesso em: 27/09/10.

_____. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**, 6 ed., Brasília, DF, 2006.

CECCON-VALENTE, M. F. **Subsídios ecológicos ao uso sustentável da palha – *Geonoma gamiova* Barb. Rodr. (Arecaceae)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, 2009.

CESAR, A. L. *et al.* Proposta de um procedimento para a criação de unidades de conservação. In: LITTLE, P. (Org.). **Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências**. IIEB, São Paulo: Peirópolis, 2003, p. 133-165.

DIEGUES, A. C. S. **O mito da natureza intocada**. 2 ed., São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2 ed. São Paulo: AnnaBlume, 2000.

_____. **Comunidades litorâneas e unidades de proteção ambiental: convivências e conflitos**. O caso de Guaraqueçaba, Paraná. Série documentos e relatórios de pesquisa n° 3. São Paulo: NUPAUB, 2004. 55 p. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/guaraq.pdf>>. Acesso em: 02/10/10.

DIEGUES, A. C. S.; MOREIRA, A. C. C. (Orgs). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB, USP, 2001.

DIEGUES, A. C. S.; NOGARA, P. J. **O nosso lugar virou parque**. São Paulo: Nupaub, USP, 1999.

FENNY, D. *et al.* A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In: DIEGUES, A. C. S.; MOREIRA, A. C. C. (Orgs). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB, USP, 2001, p. 17-42. (Original 1990).

FERREIRA, M. R. **Comunidades rurais de Guaratuba-Paraná: os limites e as possibilidades da opção extrativista como meio de vida no contexto do desenvolvimento rural sustentável**. 222 p. Tese (Doutorado em Ciências) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2010. Disponível em: <

<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/1884/24153/1/TESE%20CORRIGIDA%202.pdf>>. Acesso em: 12/10/10.

FIGUEIREDO, A. M. L. A função turística do patrimônio: questionamentos sobre a idéia de sustentabilidade do turismo cultural. In: **Caderno Virtual de turismo**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, 43-49, 2005. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/viewissue.php?id=19>>. Acesso em: 03/10/10.

FLORESTAR ESTATÍSTICO, São Paulo, v. 6, n. 14, 2003. 108 p. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/destaque/revista_florestar.pdf>. Acesso em: 03/10/10.

GADGIL, M. *et al.* Novos significados para antigos conhecimentos: o programa de registros participativos da biodiversidade. In: VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: Secco/APED, 2005, p. 261-286. (Original, 2000).

GUHA, R. Radical american environmentalism and wilderness preservation: a third world critique. **Environmental Ethics**, University of North Texas, v. 11, n. 1, 71-83, spring 1989. Disponível em: <<http://www.eci.ox.ac.uk/~dliverma/articles/Guha%20on%20radical%20environmentalism.pdf>>. Acesso em: 07/10/10.

_____. O biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo. In: DIEGUES, A. C. S. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2 ed. São Paulo: AnnaBlume, 2000, P. 81-99.

GIRARD, E. A., KOEHLER, H. S.; NETTO, S. P. Volume, biomassa e rendimentos de óleos essenciais do craveiro (*Pimenta pseudocaryophyllus* (Gomes) Landrum). **Rev. Acad.**, Curitiba, PR, v.5, n.2, p. 147-165. Disponível em: <www2.pucpr.br/reol/index.php/ACADEMICA?dd1=1705&dd99=pdf>. Acesso em: 10/08/10.

HANAZAKI, N. *et al.* Between the sea and the land: the livelihood of estuarine people in southeastern Brazil. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 10, n. 1, 2007, p. 121-136. Disponível em: <http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2007000100002&lng=pt&nrm=>>. Acesso em: 13/10/10.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science**, New York, v. 162, n. 1, p. 1243-1248, 1968.

HAWKENS, P.; LOVINS, A; LOVINS, L. H. **Capitalismo natural**: criando a próxima revolução industrial. Tradução de Luis A. de Araújo e Maria Luiza Felizardo. 1 ed., São Paulo: Cultrix, 2007.

HIRATA, D. M.; MORGANTE, P.G; VICENTE, F. F. Reações de PCR para amplificação de locos SRR em populações naturais de “cataia”. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNESP, 21., 2009, São José do Rio Preto. **Anais...** Disponível em: < http://prope.unesp.br/xxi_cic/27_22740730829.pdf>. Acesso em: 04/10/10.

LANDRUM, L.R. Campomanesia, Pimenta, Blepharocalyx, Legrandia, Acca, Myrrhinium and Luma (Myrtaceae). **Flora Neotropica Monograph 45**, 1986, 1-179.
LEFF, E. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Tradução de Luis Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Disponível em: < http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=OduBGguSPAgC&oi=fnd&pg=PA3&dq=APROPRIA%C3%87%C3%83O+SOCIAL+DA+NATUREZA&ots=EgGY2bYXbj&sig=pHsyQa25-2or_8d2kY94BKL3vhQ#v=onepage&q=APROPRIA%C3%87%C3%83O%20SOCIAL%20DA%20NATUREZA&f=false>. Acesso em: 10/10/10.

LEGRAND, C. D.; KLEIN, R. M. *Myrciaria*, *Pseudocaryophyllus*, espécies suplementares, espécies cultivadas, generalidades (Fasc. Mirt.). In: REITZ, R. **Flora Ilustrada Catarinense**, 1978, p. 733-876.

LIMA, M. E. L. *et al.* Antimicrobial activity of the essential oil from two specimens of *Pimenta pseudocaryophyllus* (Gomes) Landrum (Myrtaceae) native from São Paulo State – Brazil. In: **Pharmacologyonline**, v. 3, 2006, p. 589-593. Disponível em: < http://www.unisa.it/download/1966_145_185746588_63.Lima.pdf>. Acesso em: 12/08/10.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, Brasília, n. 322, 2002. Disponível em: < <http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie322empdf.pdf>>. Acesso em: 13/10/10.

_____. **Políticas ambientais no Brasil**: análises, instrumentos e experiências. IIEB, São Paulo: Peirópolis, 2003. Disponível em: < http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=yhMa5SJTlhC&oi=fnd&pg=PA13&dq=Pol%C3%ADticas+ambientais+no+Brasil&ots=Sf_g05bUzl&sig=e3082jvoepJXxx3y5HIPcnzImls#v=onepage&q=fic%C3%A7%C3%B5es%20jur%C3%ADticas&f=false>. Acesso em: 13/10/10.

LOPES, E. A. **Formações florestas em planície costeira e baixa encosta e sua relação com o substrato geológico das bacias dos rios Itaguaré e Guaratuba**

(Bertioga, SP). 126 p. Dissertação (Mestrado EM Biodiversidade vegetal e Meio Ambiente) – Instituto de Botânica, Secretaria do meio Ambiente do Estado de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.biodiversidade.pgibt.ibot.sp.gov.br/teses_dissert/BeteLopes2007.pdf>. Acesso em: 07/10/10.

LORENZI, H. **Árvores brasileiras:** manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas do Brasil. 2ª ed., v. 2, Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum.

MACEDO, H. S. Processos participativos na gestão de Unidades de Conservação. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DMEOCRACIA, 2., 2007, Florianópolis, SC. **Anais...** Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/heitor_schulz_macedo.pdf>. Acesso em: 07/10/10.

MARÇON, S. L. **Composição florística e estrutura do componente arbustivo-arbóreo do Parque Natural da Cratera de Colônia, São Paulo, SP.** 120p. Dissertação (Mestrado Ciências) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, 2009. Disponível em: <<http://pgbiologia.ffclrp.usp.br/pdf/Sergio%20L.%20Mar%C3%A7on.pdf>>. Acessado em: 14/10/10.

MARQUESINI, N. R. **Plantas usadas como medicinais pelos índios do Paraná e Santa Catarina, sul do Brasil** – Guarani, Kaingang, Xogleng, Ava-Guarani, Kraô e Cayuá. 290p. Dissertação (Mestrado em Botânica) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 1995.

MARTINS, P. **Um divertimento trabalhado:** prestígios e rivalidades no fazer fandango na Ilha de Valadares. 134 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/1884/7872/1/patricia.pdf>>. Acesso em: 11/10/10.

McKEAN, M. A.; OSTROM, E. Regimes de propriedade comum: somente uma relíquia do passado? In: DIEGUES, A. C. S.; MOREIRA, A. C. C. (Orgs). **Espaços e recursos naturais de uso comum.** São Paulo: NUPAUB, USP, 2001, p. 79-95.

MENDONÇA, J. T.; KATSURAGAWA, M. Caracterização da pesca artesanal no complexo estuarino-lagunar de Cananéia-Iguape, Estado de São Paulo, Brasil (1995-1996). **Acta Scientiarum**, v.3, n.2, 2001, p. 535-547. Maringá, PR. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciBiolSci/article/view/2713/2031>>. Acesso em: 18/10/10.

MIRANDA, R. B. **Dinâmicas de apropriação e saberes comunais dos manguezais e de seus recursos bênticos de interesse econômico no complexo estuarino da baía de Paranaguá, Paraná.** 363p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, 2004.

MIRANDA, T. M.; HANAZAKI, N. Conhecimento e uso de recursos vegetais de restinga por comunidades das ilhas do Cardoso (SP) e de Santa Catarina (SC), Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, São Paulo, v. 22, n. 1, 2008, p. 203-215. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/abb/v22n1/a20v22n1.pdf>>. Acesso em: 13/10/10.

MORGANTE, P. G. *et al.* Coleta de material vegetal e extração de dna para estudos genéticos da espécie vegetal *Pimenta pseudocaryophyllus* (Gomes) Landrum. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO VALE DO RIBEIRA, 3., 2007, Registro, SP. **Anais...** p. 52. Disponível em: < http://www.physis.org.br/spvr/anais_IIIspvr.pdf>. Acesso em: 14/10/10.

_____. Determinação de condições ótimas para amplificação do locos microssatélites de *Pimenta pseudocaryophyllus* (Gomes) Landrum (Myrtaceae). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GENÉTICA, 55., 2009, Águas de Lindóia, SP. **Anais...** Disponível em: <<http://web2.sbg.org.br/congress/sbg2008/pdfs2009/GP108-28843.pdf>>. Acesso em: 12/10/10.

NODA, S. N. *et al.* Utilização e apropriação das terras por agricultura familiar amazonense de várzeas. In: DIEGUES, A. C. S.; MOREIRA, A. C. C. (Orgs). **Espaços e recursos naturais de uso comum.** São Paulo: NUPAUB, USP, 2001, p. 181-204.

OLIVEIRA, F. L. **Etnobotânica da exploração de espécies vegetais para confecção do cerco-fixo na região do Parque Estadual Ilha do Cardoso, SP.** 166 p. Dissertação (Mestrado em Biologia Vegetal) – Centro de Ciências Biológicas, Universidade federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

OSTROM, E. Reformulating the commons. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, SP, n. 10, 2002, p. 5-25. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2002000100002&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 04/10/10.

PAULA, J. A. M. *et al.* Estudo farmacognóstico das folhas de *Pimenta pseudocaryophyllus* (Gomes) L. R. Landrum – Myrtaceae. **Ver. Brás. Farmacogn.**, João Pessoa, PB, v. 18, n. 2, 2008, p.265-278. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-695X2008000200022>. Acesso em: 05/10/10.

_____. Antimicrobial activity of the crude ethanol extract from *Pimenta pseudocaryophyllus*. **Pharmaceutical Biology**, v. 47, n. 10, 2009, p. 987-993. Resumo. Disponível em: <<http://www.ingentaconnect.com/content/apl/phbi/2009/00000047/00000010/art00013>>. Acesso em: 03/10/10.

PAVARINI, R.; ANSANTE, T. F.; CACERES, D. P. Efeito aquoso de plantas sobre a broca da bananeira *Cosmopolites sordidus* Germar (Coleoptera: Curculionidae). **Nucleus**, América do Norte, v. 7, n. 1, 2010. Resumo. Disponível em: <<http://www.nucleus.feituverava.com.br/index.php/nucleus/article/viewArticle/341>>. Acesso em: 04/10/10.

PETERS, C.M. The ecology and economic of oligarchic forests. In: **Economic Botany**, New York, v.9, 1992, p. 15-22.

PINTO, L. V. A. *et al.* Estudo da vegetação como subsídios para propostas de recuperação das nascentes da bacia hidrográfica do ribeirão Santa Cruz, Lavras, MG. **Rev. Árvore**, Viçosa, MG, v. 29, n. 5, 2005, p. 775-793. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-67622005000500013&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 11/10/10.

RODRIGUES, C. G. O. **O uso do público nos Parques Nacionais**: a relação entre as esferas pública e privada na apropriação da biodiversidade. 358 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/3826/1/2009_CamilaGoncalvesdeOliveiraRodrigues.pdf>. Acesso em: 09/10/10.

SERPA, P.; ZILLES, R. Avaliação da difusão de sistemas fotovoltaicos domiciliares em comunidades tradicionais. In: ENCONTRO DE ENERGIA NO MEIO RURAL, 4., 2002, Campinas, SP. **Proceedings...** Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000022002000100024&lng=en&nrm=iso&lng=pt>. Acesso em: 01/10/10.

SEIXAS, C.; BERKES, F. Mudanças socioecológicas na pesca da lagoa de Ibiraquera, Brasil. In: VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais**: conceitos, métodos e experiências. Florianópolis: Secco/APED, 2005, p. 113-175.

SILVA, E. H. F. M. *et al.* Isolamento de chavibetol a partir do óleo essencial das folhas de *Pimenta pseudocaryophyllus* (Gomes) L. R. Landrum. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO VALE DO RIBEIRA, 3., 2007, Registro, SP. **Anais...** p. 52. Disponível em: <http://www.physis.org.br/spvr/anais_IIIspvr.pdf>. Acesso em: 14/10/10.

SPARRE, P.; VENEMA, S. C. **Introdução à avaliação de mananciais de peixes tropicais**. Parte 1, Manual. Roma, Itália: FAO, 1997. Disponível em: <<ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/008/w5449p/w5449p02.pdf>>. Acesso em: 08/10/10.

STAGGEMEIER, V. G.; MORELLATO, L. P. C.; GALETTI, M. 2007. Fenologia reprodutiva de Myrtaceae em ma ilha continental de Floresta Atlântica. **Rev. Bras. Biociências**, Porto Alegre, v. 5, supl. 1, p. 423-425. (Nota científica). Disponível em: <http://www.staggemeier.bio.br/Site/Publications_files/427-2220-2-PB.pdf>. Acesso em: 22/08/10.

TEIXEIRA, C. O desenvolvimento sustentável em unidade de conservação: a “naturalização” do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, 2005, p. 51-67. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a04v2059.pdf>>. Acesso em: 15/10/10.

TONGCO, M. A.; DOLORES, C. Purposive Sampling as a Tool for Informant Selection. **Ethnobotany Research & Applications**, v. 5, 2007, p. 147-158.

VALENTE, T. P. **Subsídios ao uso sustentável do cipó-preto – raízes de *Philodendron corcovadense* Kunth (Araceae)**. 115 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: http://www.uc.pr.gov.br/arquivos/File/Pesquisa%20em%20UCs/resultados%20de%20Pesquisa/Thiago_Piazzetta_Valente.pdf>. Acesso em: 09/10/10.

VIANNA, L. P. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. São Paulo: AnnaBlume, Fapesp, 2008. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=SADjrPzj1RIC&oi=fnd&pg=PA131&dq=conceito+de+popula%C3%A7%C3%A3o+tradicional&ots=BVKUAbZJDT&sig=QwBBIcheODHEBGZPu9Dhwr2LBI4#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 09/10/10.

VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: Secco/APED, 2005.

WERNECK, M. S.; FRANCESCHINELLI, E. V.; TAMEIRÃO-NETO, E. Mudanças na florística e estrutura de uma floresta decídua durante um período de quatro anos (1994-1998), na região do Triângulo Mineiro, MG. **Rev. Bras. Bot.**, v. 23, n.4, 2000, p. 401-413. São Paulo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbb/v23n4/a06v23n4.pdf>>. Acesso em: 16/10/10.

ANEXO

PERGUNTAS RELACIONADAS AO PERFIL DO EXTRATOR	PERGUNTAS RELACIONADAS AO MANEJO	PERGUNTAS RELACIONADAS AO HISTÓRICO DA BEBIDA	PERGUNTAS RELACIONADAS AO COMÉRCIO DAS FOLHAS/BEBIDA
<p>-Entrevistado: -Idade: -Escolaridade: -Atividades que exerce na comunidade: -Tempo na extração da cataia: -É hoje sua principal atividade? O quanto (%) de sua renda vem da extração da cataia? -Que atividade tinha esse papel antes? -Por que começou no trabalho de extração de cataia? -Trabalha individualmente na extração ou faz parte de um grupo, associação ou cooperativa? -Possui licença?</p>	<p>-Onde extrai? -Em que tipo de ambiente tem cataia? -Usam-se somente as folhas? -Qual o critério adotado na extração das folhas? -A extração ocorre em qual período do ano? Com que frequência? -Plantas que tiveram folhas extraídas podem sofrer novos cortes? Após quanto tempo? -Como ocorre a formação de novos brotos e plantas? -Percebe um declínio na produção das folhas ou tem que percorrer uma área maior pra encontrar? -Já tentou cultivar? Como fazem a muda? -Os jovens se interessam pela atividade? -O IBAMA já proibiu? Como foi o processo de concessão da licença? -A planta tem ou tinha outros usos? Quais?</p>	<p>-Quando começou a prática de colocar a folha pra curtir em cachaça? -Como se produz a bebida (quantidade de folhas/L, tempo para curtir, envasamento...). -A bebida é consumida aqui na comunidade? Quanto e em que situações? É novo ou vem de outras gerações?</p>	<p>-Após a retirada das folhas, como são processadas? -A bebida é fabricada aqui para comercialização ou só extraem a folha? -O que se vende mais: a folha ou a bebida pronta? -Quanto consegue obter das folhas? E da bebida? -Como ocorre a comercialização? -Quem compra (destino das folhas e da bebida, quanto e como paga...)? -Como é feito o transporte de folhas/bebida para o destino final? -Existe algum período do ano em que a demanda é maior? De que lugar? Imagina o porquê? A extração tem que ser maior ou já tem armazenado? -O comércio da cataia está aumentando? Por que? -Imagina que o comércio para as outras regiões é para consumo interno? Ou turistas? -Os turistas vêm aqui à procura da cataia? Como imagina que eles ficam sabendo da cataia? -Já houve planos de expansão do comércio? O que pensa disso?</p>

ANEXO- ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA UTILIZADO NA COLETA DE DADOS SOBRE MANEJO E COMERCIALIZAÇÃO DE *Pimenta pseudocaryophyllus* NA COMUNIDADE DE BARRA DO ARARAPIRA, MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, PR

FONTE: A autora (2010)

